



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 091/11

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Alto Alegre – AMAL, no Município de Medianeira.

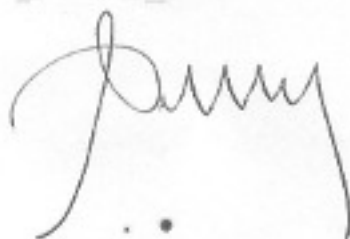
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Alto Alegre – AMAL, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 389/11

Disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela *internet* e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná.

Art. 1º As empresas que exploram o comércio eletrônico de vendas coletivas através da *internet* deverão manter serviço telefônico de atendimento ao consumidor, gratuito e de acordo com as normas de funcionamento dos chamados *call centers*.

Art. 2º A hospedagem dos sítios de venda coletiva eletrônica deverá ser de responsabilidade de empresa com sede ou filial em território nacional, sendo obrigatória a identificação, na primeira tela do sítio, a informação acerca da empresa responsável pela hospedagem da página eletrônica.

Art. 3º As informações sobre a localização da sede física do sítio de vendas coletivas deverão aparecer, nos moldes do artigo anterior, na página principal do endereço da empresa na *internet*.

Art. 4º As ofertas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, em tamanho não inferior a vinte por cento da letra da chamada, para venda:

- I – quantidade mínima de compradores para liberação da oferta;
- II – prazo para a utilização da oferta por parte do comprador, que deverá ser de, no mínimo, 06 (seis) meses;
- III – endereço, telefone e sítio eletrônico da empresa responsável pela oferta;
- IV – em se tratando de alimentos, deverá constar da oferta informações acerca de eventuais complicações alérgicas e outras complicações que o produto pode causar;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

V – a informação acerca da quantidade de clientes que serão atendidos por dia e a forma de agendamento para utilização da oferta por parte dos compradores; e

VI – a quantidade máxima de cupons que poderão ser adquiridos por cliente, bem como os dias da semana e horários em que o cupom da oferta poderá ser utilizado.

Art. 5º Caso o número mínimo de participantes para a liberação da oferta não seja atingido, a devolução dos valores pagos deverá ser realizada até em 72 (setenta e duas) horas.

Art. 6º As informações sobre ofertas e promoções somente poderão ser enviadas a clientes pré-cadastrados através do sítio, contendo expressa autorização para o recebimento das informações em sua conta de correio eletrônico.

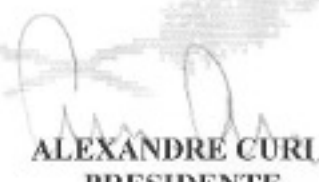
Art. 7º Os impostos de competência Estadual e Municipal serão recolhidos na sede das empresas responsáveis pelo fornecimento do produto ou serviço, independentemente da localização da sede do sítio responsável pela sua veiculação.

Art. 8º Serão responsáveis pela veracidade das informações publicadas a empresa proprietária do sítio de vendas coletivas e o estabelecimento ofertante, respondendo solidariamente por eventuais danos causados ao consumidor.

Art. 9º Aplica-se ao comércio coletivo eletrônico, no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 545/11

Declara de utilidade pública o Centro Educacional de Restauração Nova Esperança – CERNE, no Município de Nova Esperança.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Educacional de Restauração Nova Esperança – CERNE, com sede e foro no Município de Nova Esperança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 823/11

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 16.075, de 01/04/2009.

Art. 1º Dá nova redação ao art. 2º, da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º (...)

§ 1º O serviço deve ser disponibilizado através de manutenção de um recipiente, em local visível, no próprio estabelecimento, com a indicação de que é destinado a recolher produtos que contenham metais pesados.

§ 2º O descumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I – advertência por escrito na primeira infração;

II – multa no valor de 08 (oito) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná."

Art. 2º Dá nova redação ao art. 3º, da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os fabricantes de produtos de que trata a presente Lei, e seus respectivos representantes comerciais, estabelecidos no Estado do Paraná, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados à reciclagem ou destinação final de seus produtos descartados pelos consumidores, sem causar prejuízo ambiental, ficando obrigados a procederem ao recolhimento do material descartado nos estabelecimentos de revenda.

Parágrafo único. O descumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo sujeitará o infrator à seguinte sanção:

I – multa no valor de 16 (dezesseis) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná, aplicada em dobro nos casos de reincidência."



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Art. 3º O art. 5º, da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, fica renumerado como art. 4º.

Art. 4º O art. 6º, da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, fica renumerado como art. 5º.

Art. 5º Fica revogado o art. 4º, da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 841/11

Declara de Utilidade Pública o Centro Cultural Ilê de Bamba, do Município de Ponta Grossa.

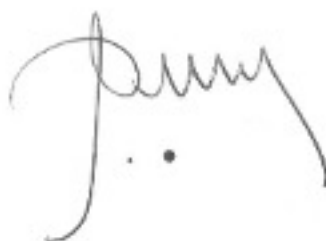
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Cultural Ilê de Bamba, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei Complementar
nº 886/11**

Altera a Lei Complementar nº 136, de 19/05/2011.

Art. 1º O *caput* do art. 12, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A estrutura administrativa mínima para assessoramento do Gabinete da Defensoria Pública-Geral, conforme Anexo III, será composta por:”

Art. 2º O art. 13, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O Governador do Estado nomeará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Defensor Público-Geral do Estado eleito pelo maior número de votos dentre os membros estáveis da Carreira de Defensor Público do Estado e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, mediante voto direto, unipessoal, obrigatório e secreto dos membros ativos da Carreira de Defensor Público do Estado, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.”

Art. 3º O art. 15, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Na vacância do cargo de Defensor Público-Geral do Estado, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no prazo de 10 (dez) dias contados do evento, publicará as normas regulamentadoras do processo eleitoral, obedecendo ao disposto nesta Lei Complementar.”

Art. 4º O art. 16, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A posse no cargo de Defensor Público-Geral do Estado e o respectivo exercício ocorrerão no prazo de 05 (cinco) dias contados de sua nomeação ou do esaurimento do prazo previsto no art. 13, *caput*, desta Lei Complementar.”

Art. 5º O *caput* e os incisos do art. 18, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Compete privativamente ao Defensor Público-Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por Lei ou que forem inerentes a seu cargo:

I – dirigir a Defensoria Pública do Estado do Paraná, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II – representar a Defensoria Pública do Estado do Paraná judicial e extrajudicialmente;

III – velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;

IV – integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

V – submeter ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná a proposta de criação ou de alteração do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VI – autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VII – estabelecer a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VIII – dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, com recurso para seu Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

IX – instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por recomendação de seu Conselho Superior;

X – abrir concursos públicos para ingresso nas Carreiras da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XI – determinar correições extraordinárias;

XII – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XIII – convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

. •

XIV – designar membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso do de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XV – aplicar a pena da remoção compulsória, aprovada pelo voto de dois terços do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, assegurada a ampla defesa;

XVI – delegar atribuições à autoridade que lhe seja subordinada, na forma desta Lei Complementar;

XVII – requisitar força policial para assegurar a incolumidade física dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, quando esses se encontrarem ameaçados em razão do desempenho de suas atribuições institucionais;

XVIII – apresentar plano de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

XIX – prover os cargos iniciais da carreira, promover, exonerar, bem como praticar todo e qualquer ato que importe em provimento ou vacância dos cargos da Carreira de Defensores Públicos do Estado e de servidores auxiliares;

XX – dar posse e exercício aos membros da Carreira de Defensor Público do Estado e de servidores, do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XXI – propor ao Poder Legislativo o reajuste dos vencimentos de seus membros, bem como a criação de cargos da Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XXII – editar resoluções e expedir instruções normativas aos órgãos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, bem como firmar Convênios, Termos de Cooperação, Acordos, entre outros, com organizações, entidades, instituições, organismos, entre outros, em nível Municipal, Estadual e Federal;

XXIII – apresentar relatório anual das atividades da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sugerindo medidas adequadas ao seu aperfeiçoamento;

XXIV – publicar lista anual de antiguidade dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XXV – delegar as atribuições de sua competência privativa.”

Art. 6º O inciso III, do art. 21, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. (...)

III – incumbir-se das tarefas e delegações que lhe forem determinadas pelo Defensor Público-Geral do Estado.”

Art. 7º O art. 22 e o Parágrafo único, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, órgão colegiado consultivo, deliberativo e decisório, será composto pelos seguintes membros:

(...)

Parágrafo único. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado contará com uma equipe administrativa de ao menos 02 (dois) Técnicos Administrativos, conforme Anexo III.”

Art. 8º Os incisos do art. 27 da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. (...)

I – exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

II – opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral do Estado, sobre matéria pertinente à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

III – elaborar lista triplíce destinada à promoção por merecimento;

IV – aprovar a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

V – recomendar ao Defensor Público-Geral do Estado a instauração de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VI – conhecer e julgar os processos administrativos disciplinares de membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VII – decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo disciplinar;

VIII – decidir acerca da remoção voluntária dos integrantes da carreira da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

IX – decidir sobre a avaliação do estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral do Estado;

X – decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

XI – deliberar sobre a organização de concurso público para ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado e designar os representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná que integrarão a Comissão de Concurso Público;

XII – organizar os concursos para provimento dos cargos da Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado e editar os respectivos regulamentos;

XIII – recomendar correições extraordinárias;

XIV – editar as normas regulamentando a eleição para Defensor Público-Geral do Estado;

XV – opinar nas representações oferecidas contra membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, quando solicitado o seu pronunciamento pelo Defensor Público-Geral do Estado;

XVI – opinar sobre atos de disponibilidade de membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XVII – propor ao Defensor Público-Geral do Estado, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares;

XVIII – estabelecer o processo de seleção dos estagiários e fixação do valor de sua bolsa auxílio;

XIX – representar ao Defensor Público-Geral do Estado sobre qualquer assunto que interesse à organização da Defensoria Pública do Estado do Paraná ou à disciplina de seus membros;

XX – pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo Defensor Público-Geral do Estado;

XXI – elaborar seu Regimento Interno;

XXII – fixar, ouvida a Escola da Defensoria Pública do Estado, parâmetros de qualidade para a atuação dos Defensores Públicos do Estado;

XXIII – deliberar e convocar audiências públicas de assuntos de interesse da sociedade, colhendo, inclusive, a manifestação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado;

XXIV – decidir, em grau de recurso, conflitos de atribuição dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná após decisão prévia do Defensor Público-Geral.”

Art. 9º Os incisos do art. 42, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. (...)

I – atender às partes e aos interessados;

II – propor a ação penal privada nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;

III – tentar a conciliação das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

IV – defender os acusados em processo disciplinar;

V – exercer a função de curador especial de que tratam os códigos de Processo Penal e de Processo Civil, salvo quando a Lei a atribuir especificamente a outrem;

VI – postular a concessão da gratuidade de justiça e o patrocínio da Defensoria Pública do Estado do Paraná mediante comprovação do estado de pobreza por parte do interessado;

VII – exercer a função de curador nos processos em que ao Juiz competir a nomeação, inclusive a de procurador à lide do interditando, quando a interdição for pedida pelo órgão do Ministério Público do Estado do Paraná e na Comarca não houver tutor judicial;

VIII – acompanhar, comparecer aos atos processuais assídua e pontualmente, e impulsionar os processos, providenciando para que os feitos tenham a sua tramitação normal, utilizando-se de todos os meios processuais cabíveis;

IX – sustentar, quando necessário, nos Tribunais, oralmente, ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

X – atender e orientar as partes e interessados em locais e horários preestabelecidos;

XI – interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover revisão criminal quando cabível;

XII – defender, no processo criminal, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revêis;

XIII – requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário;

XIV – requerer o arbitramento e o recolhimento ao Fundo Próprio da Defensoria Pública do Estado do Paraná dos honorários advocatícios, quando devidos;

XV – requerer o acolhimento ou a internação de crianças e adolescentes em situação de abandono ou situação de risco;

XVI – impetrar *habeas corpus*;

XVII – diligenciar as medidas necessárias ao assentamento do registro civil de nascimento das crianças e adolescentes;

XVIII – funcionar, por designação do Defensor Público-Geral a pedido do Juiz em ações penais, na hipótese do não comparecimento do advogado constituído;

XIX – representar ao Ministério Público do Estado do Paraná, em caso de tortura e maus tratos à pessoa do defendendo;

XX – participar, com direito a voz e voto, do Conselho Penitenciário;

XXI – certificar a autenticidade de cópias de documentos necessários à instrução de processo administrativo ou judicial, à vista da apresentação dos originais;

XXII – elaborar seu Regimento Interno;

XXIII – fixar, ouvida a Escola da Defensoria Pública do Estado, parâmetros de qualidade para a atuação dos Defensores Públicos do Estado;

XXIV – deliberar e convocar audiências públicas de assuntos de interesse da sociedade, colhendo, inclusive, a manifestação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado.”.

Art. 10. O art. 72, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72. O Defensor Público do Estado poderá ser promovido às categorias superiores da carreira e optar por permanecer no grau de jurisdição em que estiver lotado.”

Art. 11. Os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e o 5º, do art. 82, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. (...)

§ 1º A previsão, nos incisos IV e V deste artigo, aplica-se somente à Carreira de Defensor Público do Estado.

§ 2º Os candidatos proibidos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil comprovarão o registro até a posse no cargo de Defensor Público.

§ 3º Os requisitos a serem exigidos em concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná serão definidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado quando da elaboração do edital do concurso, observando o Perfil Profissiográfico de cada cargo.

§ 4º Os Perfis Profissiográficos dos cargos e funções do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná deverão ser criados por ato do Defensor Público-Geral, após estudo e proposta sobre o tema, realizado pela Coordenadoria-Geral de Administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

§ 5º Caracterizará prática profissional para os fins do inciso V deste artigo, o exercício:

- a) da advocacia, por advogados e estagiários do Curso de Direito, nos termos dos artigos 1º e 3º, ambos da Lei Federal nº 8.906/94, e dos artigos 28 e 29 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia;
- b) de estagiário credenciado na área da Assistência Judiciária da Defensoria Pública da União ou dos Estados, nos termos do art. 145, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 80/94;
- c) na Defensoria Pública, no Ministério Público ou na Magistratura, na qualidade de membro;
- d) de estagiário do Curso de Direito, desde que devidamente credenciado junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público;
- e) de estagiário do Curso de Direito devidamente credenciado na área pública, não inserido na situação prevista na letra "a", em razão de eventual permissivo legal específico;
- f) de cargos, empregos ou funções exclusivas de Bacharel em Direito;
- g) de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior público ou privado, que exijam a utilização de conhecimento jurídico;"

Art. 12. O inciso I, do art. 91, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. (...)

I – habilitação em exame de saúde e avaliação de tal exame por órgão estadual;

(...)"

Art. 13. O § 2º, do art. 93, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. (...)

§ 2º O membro e o servidor da Defensoria Pública do Estado do Paraná comprovará a entrada em exercício mediante Termo de Exercício."

Art. 14. O *caput* do art. 95, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95. O membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná que for promovido ou removido terá o prazo para entrada em exercício contado da data da publicação do correspondente ato.”

Art. 15. O *caput* do art. 104, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 104. A previsão do art. 103, desta Lei Complementar poderá ser objetada pela maioria absoluta do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, se o Defensor Público do Estado mais antigo na categoria:”

Art. 16. O inciso I, do art. 246, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 246. (...)

I – 500 (quinhentos) cargos do Grupo Ocupacional Superior, subdivididos em:

(...)”

Art. 17. A alínea “b”, do inciso II, do art. 246, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 246. (...)

II – (...)

b) 154 (cento e cinquenta e quatro) cargos Técnicos Administrativos;

(...)”

Art. 18. O *caput* do art. 249, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:


. •

“Art. 249. No primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, salvo para os cargos de Assessor Jurídico da Defensoria e Superior com graduação em Psicologia, serão providos

os cargos previstos no Edital de Abertura do Certame, em número máximo do constante no art. 246, inciso I, desta Lei Complementar, conforme Anexo IX."

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 890/11

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ipiranga, do imóvel que especifica.


Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ipiranga, do lote urbano com área de 1.012,00 m², localizado na Rua João Ribeiro da Fonseca, nº 74, no perímetro urbano da Cidade de Ipiranga, conforme matrícula nº 2.362, do Registro de Imóveis da Comarca de Ipiranga.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O município terá o prazo de 02 (dois) anos para a conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Resolução nº 033/11

Aprova relatório Final da Comissão
Parlamentar de Inquérito dos Leitos do SUS.


Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Leitos do SUS, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2011, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Resolução nº 035/11

Aprova prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de novembro de 2011, Resoluções 003/2004 e 003/2009.


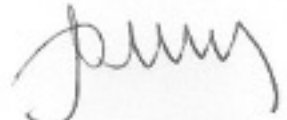
Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, prevista na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR

ANTEPROJETO DE LEI N.º 932/2011

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Art. 1.º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003:

I – fica acrescentada a alínea “g” ao § 1.º do art. 2.º:

“g) na data do arremate em leilão de veículo automotor novo.”;

II – os incisos III e VI do art. 3.º passam a vigorar com a seguinte redação:

“III – no caso de arremate em leilão de veículo novo, ou que se encontrava ao abrigo do disposto no art. 13, o valor da arrematação, acrescido das despesas cobradas ou debitadas do arrematante e dos tributos incidentes na operação;

VI – no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante de tabela de valores venais para cálculo do IPVA, publicada por ato do Poder Executivo, ressalvado o contido nos §§ 7.º e 8.º, deste artigo, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação.”;

III – o parágrafo único do art. 5.º fica renumerado para § 1.º, acrescentando-se-lhe o § 2.º:

“§ 2.º Considera-se também contribuinte do imposto o comprador identificado no comunicado de venda de veículo registrado no DETRAN/PR, em relação ao fato gerador ocorrido após a data da compra.”;

IV – fica acrescentado o art. 9.º-A:

“Art. 9.º-A Nos casos de comprovação de erro no lançamento, o Diretor da Coordenação da Receita do Estado poderá conceder novo prazo de pagamento do imposto, corrigido monetariamente, dispensando-se os demais acréscimos legais, sem prejuízo dos benefícios previstos no § 2.º e na alínea “a” do § 3.º do artigo 11.”;

GABINETE DO GOVERNADOR



V – o §2.º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2.º O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 5 (cinco) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com eventuais arredondamentos monetários acrescidos na parcela inicial, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de junho, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda."

VI – a alínea "a" do §3.º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) com redução de 5% (cinco por cento) do valor devido, em parcela única, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;"

VII – a alínea "b" do §3.º do art. 11 fica revogada;

VIII – o *caput* do art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solicitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 5 (cinco) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.";

IX – o § 2.º do art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2.º A não incidência de que trata a alínea "b" do inciso II se condiciona à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou, quando este não existir no município, de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social.";

X – o inciso V do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"V – de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potência não superior a 155 CV, limitado a um veículo por beneficiário;"

Art. 2.º Ficam dispensados de pagamento os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA ocorridos até 31 de dezembro de 2006, ajuizados ou não.

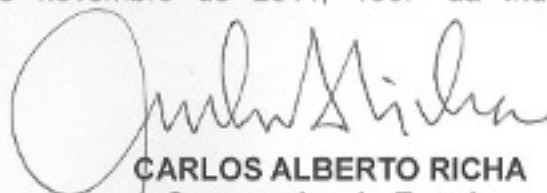
Parágrafo único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 80/2011

Curitiba, 28 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei com proposta de alterações na Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, nos termos que seguem:

I – Acrescenta a alínea “g” ao § 1.º do art. 2.º.

Estabelece critério temporal para a hipótese de incidência do imposto no caso de leilão de veículo novo, qual seja, a data do arremate em leilão do veículo.

II – Dá nova redação aos:

– inciso III do art. 3.º.

Determina que a base de cálculo para a hipótese de incidência do imposto correspondente ao arremate de leilão de veículo novo é o valor da arrematação, acrescido das despesas cobradas ou debitadas do arrematante e dos tributos incidentes na operação;

– inciso VI do art. 3.º.

Com essa alteração, a tabela contendo o valor médio de mercado utilizado para o cálculo do IPVA de veículos automotores adquiridos em anos anteriores será publicada por ato do Poder Executivo, considerando-se que a sua elaboração já é atribuição desse Poder e que os critérios são delimitados pela própria Lei – valor médio de mercado, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação.

Seguindo os Estados da Federação que utilizam os dados de tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE, divulgando-a por meio de publicação do Poder Executivo, o Estado do Paraná promove a presente alteração.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 11.262.285-2

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



A FIPE é instituição reconhecida no âmbito nacional para estabelecer a tabela de valores referenciais de automóveis, utilizada por todas as unidades da Federação para o lançamento do IPVA, e que garante a qualidade e credibilidade da pesquisa.

Com isso, pretende-se desburocratizar e dar agilidade ao processo de lançamento anual do IPVA.

III – Renumerar para § 1.º o parágrafo único do art. 5.º, acrescentando o § 2.º.

Estabelece que será considerado contribuinte do imposto o comprador identificado no "Comunicado de Venda de Veículo" registrado no DETRAN, em relação ao fato gerador ocorrido após a data da compra, considerando ser obrigação do vendedor, no caso de transferência de propriedade de veículo, encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado, no prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado.

IV – Acrescenta o art. 9.º-A.

Institui previsão legal para que o Diretor da Coordenação da Receita do Estado, nos casos de comprovado erro de lançamento do IPVA, possa conceder novo prazo de pagamento do imposto, corrigido monetariamente, com dispensa de multa e juros, sem prejuízo do parcelamento e da redução do imposto no caso de pagamento em parcela única.

V – Dá nova redação ao *caput* do art. 12.

Reduz, de dez para cinco, o número de parcelas nos casos de parcelamento de débitos pendentes dos exercícios anteriores, mantendo coerência com a previsão do número de cotas para pagamento do exercício corrente. Com o prazo mais dilatado em relação aos exercícios anteriores, está sendo estimulada a inadimplência e a postergação do pagamento do imposto para o exercício seguinte.

VI – Dá nova redação ao § 2.º do art. 13.

Ajusta a redação do dispositivo que trata da condição para reconhecimento da não incidência do imposto para os veículos de propriedade de instituição de educação ou de assistência social, excluindo menção ao Conselho Nacional de Assistência Social, uma vez que o credenciamento das instituições de assistência social, segundo disposição da legislação federal (Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009) é efetuado pelo Conselho Municipal de Assistência Social ou, na ausência deste no município, pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

VII – Dá nova redação ao inciso V do art. 14.

Aumenta, de 125 para 155 CV (cavalo-vapor), a potência do motor em relação ao veículo sujeito à isenção para os portadores de deficiência física, ampliando as opções de veículos que podem ser por eles adquiridos.

Substitui o termo "contribuinte" para "beneficiário", uma vez que o veículo objeto da isenção pode estar no nome do portador de deficiência ou do seu responsável legal, permitindo, ainda, maior eficácia no controle e cumprimento da lei, que limita o benefício a um veículo por beneficiário.

VIII – art. 2.º

Autoriza a dispensa de pagamento dos débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 2006, ajuizados ou não, não autorizando a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas, em face da necessidade de regularização dos débitos pendentes do exercício 2006, em atendimento ao princípio da economicidade, pois os valores pendentes não compensam os custos com inscrição em dívida ativa e respectivo ajuizamento, além da iminente prescrição de tais débitos.

Vale lembrar que, no Setor do IPVA da Inspetoria-Geral de Arrecadação, o percentual de inadimplência total do exercício 2006, valor lançado/valor pendente, está em 1,09 %; e que os valores a dispensar importam R\$ 14.328.468,03, considerando 26.430 veículos devedores.

Por fim, denota-se que o Estado do Paraná mantém o desconto de 5% (cinco por cento) e a possibilidade do parcelamento em até 5 (cinco) parcelas, sendo a parcela única ou a inicial com vencimento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



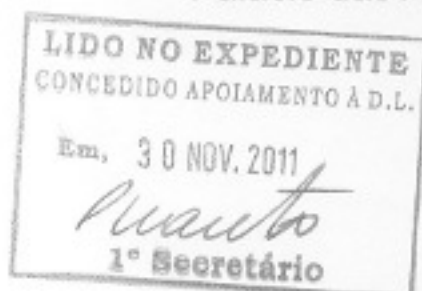
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

44

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de novembro de 2011
OF CEE/G 179/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 28/11/11

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 80/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei com proposta de alterações na Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14333 38/11/2011 005748 000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 932/11

Projeto de Lei nº 932/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 80/2011

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 14.260/2003 QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PERTINENTE AO IPVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar os dispositivos da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 100:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 100 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

III – propriedade de veículos automotores.

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente projeto de lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar acerca de IPVA.

Nesse sentido já se manifestou o Relator Ministro Eros Grau da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal no RE 414259 AgR/MG:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IPVA. LEI ESTADUAL. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS EM RAZÃO DO TIPO DO VEÍCULO. 1. Os Estados-membros estão legitimados a editar normas gerais referentes ao IPVA, no exercício da competência concorrente prevista no artigo 24, § 3º, da Constituição do Brasil. 2. Não há tributo progressivo quando as alíquotas são diferenciadas segundo critérios que não levam em consideração a capacidade contributiva. Agravo Regimental a que se nega provimento" (grifos nossos)

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o IPVA.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei em virtude de encontrar-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.**

Sala das Comissões, de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 932/11

A presente proposta tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 80/11, que altera os dispositivos que especifica da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão atende aos preceitos constantes dos artigos 65, 66 e 87 da Constituição do Estado do Paraná, no que se refere a iniciativa de leis complementares e ordinárias e ainda, iniciativa privativa do Governador do Estado.

Constata-se ainda, que o Projeto em tela não desrespeita o preceituado na Lei Complementar Federal nº 101/00.

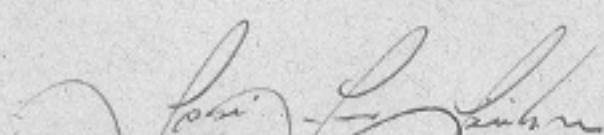
Isto posto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

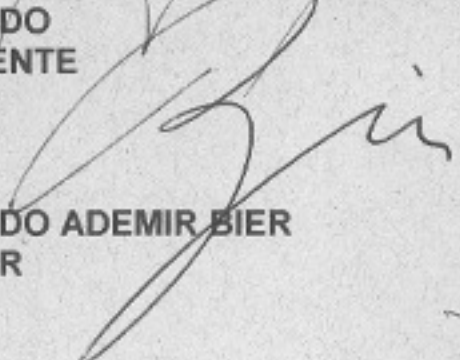
É o parecer.

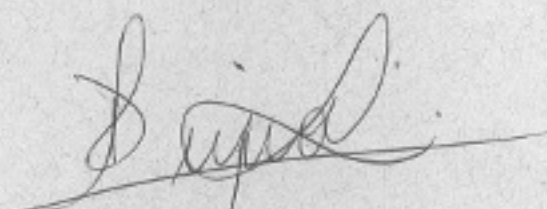


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

932 - Finanças

REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 12 DEZ 2011

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme específica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anote-se a
então a cópia
e junto de m. perseguição
projeto

Manoel Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

EXTRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



GABINETE PARLAMENTAR
DO
DEPUTADO NELSON LUERSEN

*Emenda 1
de Plenário.
DAP,
afinada*

Emenda ao Projeto de Lei nº 932/2011

Art. 1º. O inciso V, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 932/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - O parágrafo 2º, do artigo 11, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º. O pagamento do imposto de que trata o inciso I, deste artigo, poderá ser feito em até 05 (cinco) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com eventuais arredondamentos monetários acrescidos na parcela inicial, sendo a primeira no mês posterior ao vencimento da placa e as 04 (quatro) parcelas restantes nos meses subseqüentes, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria da Fazenda."

Art. 2º. O inciso VI, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 932/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI - Altera a redação das alíneas "a" e "b", do parágrafo 3º e acresce as alíneas "c", "d", "e", "f", e "g" ao mesmo parágrafo, do artigo 11, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passam a vigor com a seguinte redação:

§ 3º. ...

- a. a redução de 5% (cinco) por cento do valor devido, em parcela única, se dará para o pagamento no mês de vencimento da placa, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;
- b. sem redução do valor devido, para pagamento em parcela única, no mês subseqüente ao vencimento da placa, conforme calendário de

vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda.

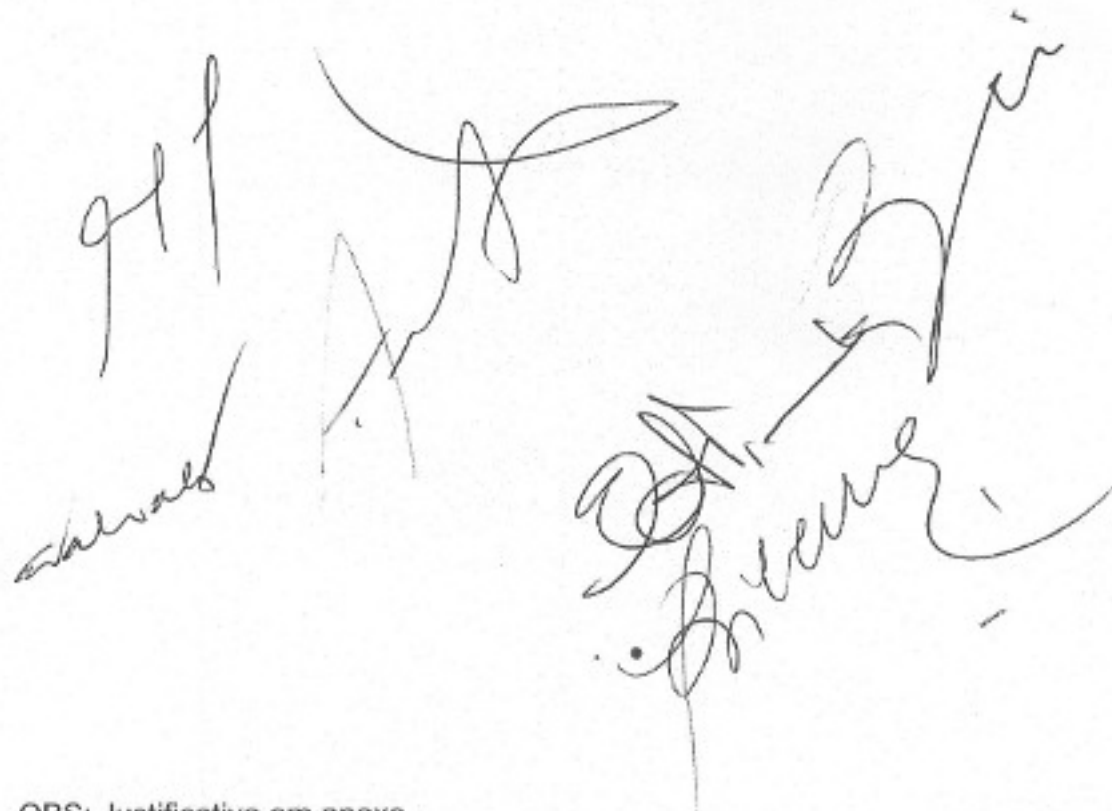
- c. até o mês de fevereiro para veículos com placa final "1" e "2";
- d. até o mês de março para veículos com placa final "3" e "4";
- e. até o mês de abril para veículos com placa final "5" e "6";
- f. até o mês de maio para veículos com placa final "7" e "8"; e,
- g. até o mês de junho para veículos com placa final "9" e "0".

Art. 3º. Fica suprimido o inciso VII, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 932/2011.

Sala das Sessões em 14/12/2011.



NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL



OBS: Justificativa em anexo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



GABINETE PARLAMENTAR
DO
DEPUTADO NELSON LUERSEN

Emenda ao Projeto de Lei nº 932/2011

JUSTIFICATIVA

O presente Proposição altera a redação do parágrafo 2º e acresce e altera alíneas do parágrafo 3º do artigo 11, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, possibilitando o pagamento do IPVA com vencimento segundo o final da placa do veículo.

A presente proposta é resultado de inúmeras solicitações que temos recebido da população do nosso estado, principalmente da classe dos caminhoneiros, e também dos motoristas de modo geral. Atualmente a cobrança é realizada no mês de fevereiro, e todos sabemos que no início de cada ano existem as despesas habituais como Imposto Predial Territorial e Urbano – IPTU, as matrículas nas escolas, nas faculdades, compra de material escolar, uniformes.

Considerando tais questões, entendemos ser melhor alterar a forma de pagamento do IPVA.

A presente emenda legislativa é de interesse social e de grande benefício coletivo.

Outrossim, *mister* se fazer salientar que não haverá perdas financeira e nem tributária para o Estado, já que não haverá queda de arrecadação. Apenas o *modus operandi* será alterado.

Assim sendo, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para a devida aprovação do presente emenda ao Projeto de Lei nº 932/2011.



EXTRA
EMENDA Nº 02
João
14/12/20

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 932/2011.

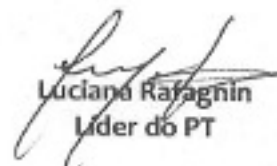
Súmula: Exclui o inciso VIII do artigo 1º do Projeto de Lei 932/2011 que altera os dispositivos que especifica da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Art. 1º Exclui o inciso VIII do artigo 1º do Projeto de Lei 932/2011 que altera os dispositivos que especifica da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Sala das sessões, 14 de dezembro de 2011.


Enio Verri
Líder da Oposição


Elton Welter
Deputado Estadual


Luciana Rafagnin
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual

Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 932/2011.


Súmula: Altera o inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei 932/2011 que Altera os dispositivos que especifica da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Art. 1º Altera o inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei 932/2011 que altera os dispositivos que especifica da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, que passa a vigorar com a seguinte redação:


“II – o inciso III do art. 3 passa a vigorar com a seguinte redação:

III - no caso de arremate em leilão de veículo novo, ou que se encontrava ao abrigo do disposto no art. 13, o valor da arrematação, acrescido das despesas cobradas ou debitadas do arrematante e dos tributos incidentes na operação.”

Sala das sessões, 14 de dezembro de 2011.

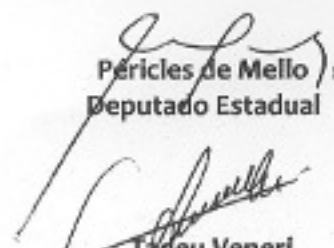

Emílio Verri
Líder da Oposição


Elton Walter
Deputado Estadual



Luciana Ralagnin
Líder do PT




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Péricles de Mello
Deputado Estadual

Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 932/11

Projeto de Lei nº 932/11 – Mensagem 80/2011.

Emenda n.º. 01.

Autor da emenda: Deputado Nelson Luersen.

Súmula: Altera o inciso V e VI, do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 932/2011.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O INCISO V, VI DO ARTIGO 1º, DO PROJETO DE LEI 932/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137, 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar dispositivos que especifica da Lei n.º. 14.260 de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, sendo que recebeu parecer favorável da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Nelson Luersen. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A modificação proposta pelo Deputado em questão no inciso VI, visa modificar e acrescenta ao mesmo tempo alíneas ao artigo 11, sendo que a Lei as ampara.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Nelson Luersen, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de Dezembro de 2011.

Caito Aurton
Nelson Luersen
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Ademar Traiano
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

Elio Rusch



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 932/11

Projeto de Lei nº 932/11 – Mensagem 80/2011.

Emenda nº. 02

Autores da emenda: Deputados Enio Verri, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Prof. Lemos, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer – Bancada do PT.

Súmula: Exclui o inciso VIII do artigo 1º do Projeto de Lei 932/2011 que altera os dispositivos que especifica da Lei nº. 14.260, de 22 de dezembro de 2033, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

EMENTA: OBJETIVA SUPRIMIR O INCISO VIII DO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 932/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar dispositivos que especifica da Lei n.º 14.260 de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Supressiva, de autoria dos Deputados Eni Verri, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Prof. Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer – Bancada do PT. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Supressiva em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso).

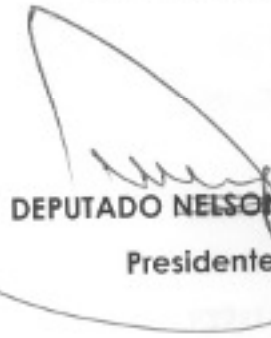
Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

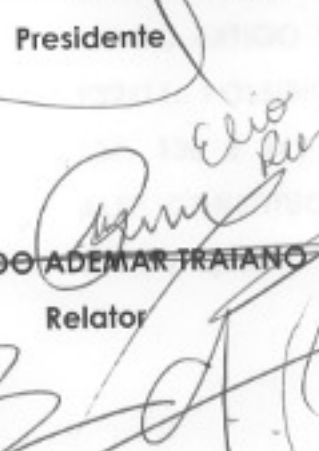
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Supressiva proposta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

2011.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 932/11

Projeto de Lei nº 932/11 – Mensagem 80/2011.

Emenda n.º. 03.

Autores da emenda: Deputado Eni Verri, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Prof. Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer – Bancada do PT.

Súmula: Altera o inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei 932/2011 que altera os dispositivos que especifica da Lei n.º. 14.260, de 22 de dezembro de 2033, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O INCISO II DO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 932/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137, 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar dispositivos que especifica da Lei n.º. 14.260 de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria dos Deputados Eni Verri, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Prof. Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer – Bancada do PT. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Arl. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Isto Posto, verificamos que a presente emenda está de acordo com os ditames legais e constitucionais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelos Deputados Eni Verri, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Prof. Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer – Bancada do PT, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.**

Sala das Comissões, 15 de Dezembro de 2011.

Couto Quintana
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Ademar Traiano
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR.

ANTEPROJETO DE LEI N.º 884/2011

Súmula: Dispõe sobre a informatização dos processos administrativos de qualquer natureza, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O uso do meio eletrônico na instrução, tramitação, julgamento, comunicação dos atos e transmissão de documentos, nos processos administrativos de qualquer natureza, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, será admitido nos termos desta Lei.

§ 1.º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – domicílio eletrônico o portal de serviços e comunicações eletrônicas da SEFA, disponível na rede mundial de computadores;

II – meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

III – transmissão eletrônica toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

IV – assinatura eletrônica aquela que possibilite a identificação inequívoca do signatário por meio de:

a) certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na forma da lei federal específica;

b) certificado digital emitido ou reconhecido pela SEFA e aceito pelo sujeito passivo de tributos estaduais;

c) cadastro de identificação eletrônica administrado pela SEFA, disciplinado em resolução.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 2.º A SEFA disponibilizará sistemas informatizados para viabilizar a constituição dos processos administrativos, por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Os atos e documentos do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida no inciso IV do § 1.º do art. 1.º.

Art. 3.º A apresentação e a juntada de impugnações, recursos, petições e documentos em geral, em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelo interessado, ou por pessoa legalmente habilitada no processo, sem necessidade de intervenção da SEFA, hipótese em que a autuação dar-se-á de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

§ 1.º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável, devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade, deverão ser apresentados à SEFA no prazo de dez dias, contados da data do envio de petição eletrônica comunicando o fato, e serão devolvidos à parte após decisão irrecorrível.

§ 2.º Tratando-se de cópia digital de documento relevante à instrução do processo, a autoridade administrativa poderá determinar que o original seja depositado em órgão da SEFA, conforme disposto em resolução.

§ 3.º Os órgãos da SEFA deverão manter, nas repartições a eles subordinadas, equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para protocolo eletrônico de peças processuais.

Art. 4.º A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada, total ou parcialmente, por meio eletrônico.

§ 1.º Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e a integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

§ 2.º Os autos dos processos eletrônicos a serem remetidos a outros órgãos, que não disponham de sistema compatível, obedecerão aos requisitos estabelecidos em resolução.

§ 3.º Os autos dos processos em meio físico, em tramitação ou já arquivados, poderão ser digitalizados e descartados, de acordo com as regras previstas em resolução.

Art. 5.º A autoridade julgadora poderá determinar a exibição e o envio, por meio eletrônico, de dados e de documentos necessários à instrução do processo.

Parágrafo único. A inclusão dos dados e dos documentos de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível e que garanta a sua autenticidade e integridade.

CAPÍTULO III DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO

Art. 6.º Fica instituído o DT-e – Domicílio Tributário Eletrônico, para fins de comunicação eletrônica, no âmbito da SEFA, nos processos administrativos tributários e não tributários.

§ 1.º A comunicação entre a SEFA e o terceiro, a quem o interessado tenha outorgado poderes para representá-lo, realizar-se-á na forma prevista nesta Lei.

§ 2.º As regras de comunicação eletrônica contidas nesta Lei se aplicam às pessoas naturais legalmente habilitadas na condição de interessadas.

Art. 7.º A SEFA poderá utilizar a comunicação eletrônica para, dentre outras finalidades:

- I – dar ciência de quaisquer atos administrativos;
- II – encaminhar notificações e intimações;
- III – publicar editais;
- IV – expedir avisos em geral.

Art. 8.º A utilização da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo e pelas demais pessoas habilitadas nos processos administrativos dar-se-á após seu credenciamento na SEFA, e realizar-se-á na forma prevista em resolução.

Parágrafo único. Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da SEFA, com tecnologia que preserve o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

Art. 9.º As comunicações entre a SEFA e o sujeito passivo ou as demais pessoas habilitadas nos processos administrativos, após o credenciamento de que trata o art. 8.º, realizar-se-ão por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se qualquer outra forma prevista na legislação.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º A comunicação feita na forma prevista no "caput" será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

§ 2.º Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo ou as demais pessoas habilitadas em processo administrativo efetivarem a consulta eletrônica ao seu teor.

§ 3.º Na hipótese do § 2.º, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 4.º A consulta referida nos §§ 2.º e 3.º deverá ser efetuada em até dez dias, contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 5.º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico, ou no interesse da administração pública, a ciência, a intimação ou a notificação poderão ser realizadas mediante outras formas previstas na legislação, digitalizando-se o documento físico, que poderá ser posteriormente destruído.

Art. 10. Aos credenciados, nos termos do art. 8.º, também será possibilitada a utilização de serviços eletrônicos disponibilizados pelo portal da Receita Estadual, mediante uso de assinatura eletrônica.

Art. 11. Para assinar documentos eletrônicos, o servidor público deverá utilizar certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na forma de lei federal específica.

Art. 12. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos, com garantia de autoria, autenticidade e integridade, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1.º Os extratos digitais e os documentos digitalizados, transmitidos na forma do "caput", têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2.º Os originais dos documentos digitalizados a que se refere o § 1.º deverão ser preservados pelo seu detentor até o prazo decadencial previsto na legislação tributária ou até a data em que seja proferida decisão irrecorrível, podendo ser requerida a sua apresentação a qualquer tempo.

Art. 13. Considera-se entregue o documento transmitido por meio eletrônico no dia e na hora da emissão do protocolo de recebimento gerado pela SEFA.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º Quando os documentos forem transmitidos eletronicamente para atender prazo, serão considerados tempestivos aqueles transmitidos até as 23h59m59s do último dia do prazo previsto na comunicação, observado o horário oficial de Brasília, que será registrado no protocolo eletrônico disponibilizado.

§ 2.º Se houver indisponibilidade do sistema por motivo técnico, o prazo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à disponibilização regular do sistema.

CAPÍTULO IV DO DIÁRIO ELETRÔNICO

Art. 14. Fica instituído o Diário Eletrônico da SEFA, a ser regulamentado em resolução, que será disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos administrativos, bem como comunicações em geral.

§ 1.º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente, com base em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada na forma de lei federal específica.

§ 2.º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para todos os efeitos legais.

§ 3.º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico da SEFA.

§ 4.º A contagem do prazo processual terá início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação.

§ 5.º A criação do Diário Eletrônico da SEFA deverá ser acompanhada de ampla divulgação, e o ato administrativo correspondente será publicado durante trinta dias no Diário Oficial Executivo.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os atos processuais serão praticados de acordo com legislação processual em vigor na data em que se tenha iniciada a fluência do prazo para sua prática.

Art. 16. Resolução do Secretário de Estado da Fazenda estabelecerá normas complementares necessárias à regulamentação desta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 17. As regras para informatização dos processos administrativos em tramitação em outros órgãos públicos do Estado do Paraná poderão ser estabelecidas por meio de resolução conjunta entre a SEFA e o órgão interessado, respeitadas as disposições desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de novembro de 2011
OF CEE/G 180/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 NOV. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 16/11/11

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 81/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei objetivando instituir a informatização dos processos administrativos de qualquer natureza no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacyr Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:15 16/11/2011 008991 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 81/2011

Curitiba, 7 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, objetivando instituir a informatização dos processos administrativos de qualquer natureza no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Primeiramente, cumpre destacar que o Anteprojeto de Lei propõe as regras para a informatização dos processos administrativos, de qualquer natureza, no Estado do Paraná, estabelecendo as diretrizes fundamentais para sua existência na forma eletrônica.

Todos os segmentos da sociedade sofrem modificações ao longo dos anos, sendo que essa situação não é diversa no Poder Executivo, quando da aplicação da lei na busca de solução aos conflitos manifestados por meio do processo administrativo, instrumento legal na relação entre Estado e cidadão/contribuinte.

Com o processo eletrônico, pretende-se evoluir na forma da constituição do processo, de seu meio tradicional (papel) para o informatizado, buscando tornar o acesso ao fisco mais efetivo e adaptado à realidade contemporânea. A expectativa é de que, com a estruturação do processo administrativo em meio digital, o Estado possa agir com maior brevidade nas fases processuais, em obediência ao princípio da celeridade processual, com respostas mais rápidas ao cidadão/contribuinte e às próprias necessidades em recuperar receitas não recolhidas por descumprimento da legislação.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Protocolo 11.292.268-7 – lhph/ctl

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, na condição de responsável por um dos processos mais complexos na competência estadual, o Processo Administrativo Fiscal – PAF, peça utilizada para lançamento do tributo de maior relevância no âmbito do Estado (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS), disponibilizará sistemas informatizados que permitirão a constituição dos seus processos em meio digital. O enfoque inicial será a instituição do PAF, haja vista tratar-se de processo de grande complexidade nos procedimentos, porém com fases e regras bem definidas pela legislação vigente. Posteriormente, tem-se como objetivo a inserção dos demais processos administrativos, de natureza tributária ou não, de competência da SEFA. Este Anteprojeto de Lei também prevê que outros órgãos do Estado possam utilizar a forma eletrônica de constituir os processos administrativos, construindo sistemas e estabelecendo regras uniformes no âmbito estadual.

Destaca-se, também, com a implantação do processo eletrônico, a expectativa na diminuição de custos, eliminando papéis, impressões, transportes, controles, arquivos e tramitação, além de outros recursos necessários ao fluxo do processo em meio físico. Outrossim, o processo eletrônico contribuirá para que as partes envolvidas tenham acesso integral ao seu conteúdo pela internet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, com segurança e rapidez, facilitando a apresentação de documentos e recursos necessários ao cumprimento do rito processual.

Com a modernização dos procedimentos relativos aos processos administrativos, por meio da utilização dos meios eletrônicos, reduzir-se-á o tempo gasto nas decisões previstas em lei, resultando em eficiência, redução de custos, transparência e segurança nas práticas processuais.

Sendo assim, o Estado do Paraná não ficaria inerte à massificação no uso do meio eletrônico como forma de tratativa dos processos administrativos, que, em alguns casos, já se tornou usual no relacionamento entre as partes, como por exemplo em notificações encaminhadas e atendidas por meio de mensagens eletrônicas (e-mail). Dessa forma, também o legislador, atento às novas mudanças e exigências da sociedade, tem por dever estabelecer condições normativas para que a relação ocorra de forma harmônica e respeitando os princípios legais.

Portanto, evidencia-se que a informatização do processo trará uma tramitação mais célere, sem supressão de princípios, os quais serão observados conjuntamente, ou seja, dando ênfase ao princípio da celeridade sem descumprimento aos demais, especialmente os do contraditório e da ampla defesa.

GABINETE DO GOVERNADOR



Destarte, é imprescindível a elaboração de norma específica que estabeleça as regras que nortearão a relação processual entre as partes envolvidas, a fim de que o meio eletrônico seja inserido harmoniosamente em nosso ordenamento, como forma legal de constituição dos processos administrativos.

Ainda, este Anteprojeto de Lei está fundamentado, basicamente, na legislação federal que instituiu o processo e a comunicação eletrônicos no âmbito da Justiça Federal (Lei n. 11.419/2006).

Assim, espera-se que Vossa Excelência dê a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

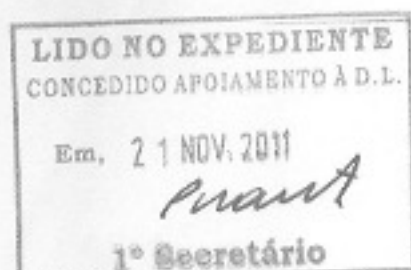
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



PROJETO DE LEI Nº 904/11

SÚMULA: Altera a Lei nº 5.254, de 13 de janeiro de 1966, que declarou de utilidade pública a Fundação Arthur Thomaz, com sede no município de Rolândia.

Art. 1º Fica alterado o art 3º da Lei nº 5.254 de 13 de janeiro de 1966, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 3º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente São Rafael, com sede e foro na cidade de Rolândia."

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 21 de novembro de 2011.

PEDRO LUPION

DEPUTADO ESTADUAL

14:33 21/11/2011 005254 005 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem como finalidade específica alterar a denominação da entidade mantenedora do Hospital São Rafael, único hospital geral do município de Rolândia, em virtude da alteração de nome da mesma, cujo CNPJ foi mantido.

Mediante o supracitado, considerando os nobres objetivos dessa entidade, solicito o acolhimento dos nobres pares desta Casa de Leis e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 904/2011

Projeto de Lei nº. 904/2011

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

Súmula: ALTERA A LEI Nº 5.254, DE 13 DE JANEIRO DE 1966, QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO ARTHUR THOMAZ, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE ROLÂNDIA.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, tem por objetivo alterar a denominação da entidade mantenedora Hospital São Rafael, tendo em vista a modificação de seu nome, cujo CNPJ foi mantido.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. . •



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR

ANTEPROJETO DE LEI N.º 952/2011

Súmula: Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

Art. 1.º Ficam instituídos, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE e o Fundo Estadual de Cultura – FEC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do FEC e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 2.º O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE tem como objetivos fundamentais:

I – facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, assim como às atividades desenvolvidas na área da cultura;

II – incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais paranaenses nas diversas áreas de atuação;

III – estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões;

IV – garantir a preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná;

V – propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais atuantes em todo o âmbito estadual;

VI – fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura;

VII – promover a inserção da produção cultural do Estado em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico; e

VIII – valorizar e difundir o conjunto das manifestações artístico-culturais que constituem a diversidade formadora da identidade cultural do Paraná.

Art. 3.º Os benefícios da presente Lei serão concedidos:

I – às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – às pessoas jurídicas, de direito público ou privado que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 02 (dois) anos, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do PROFICE;

III – às pessoas jurídicas, contribuintes do Estado do Paraná, que optarem pela aplicação de parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no incentivo a projetos culturais.

§ 1.º Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou incentivadores inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.

§ 2.º Fica vedada a utilização dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte, seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.

§ 3.º Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos nesta Lei, na modalidade Incentivo Fiscal, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.

§ 4.º As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS) e Organizações Sociais (OS) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública estadual, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

§ 5.º Não poderá participar do PROFICE, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria de Estado da Cultura e nas entidades a ela vinculadas.

§ 6.º Aos membros da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE e das comissões técnicas é vedada a participação no referido Programa, tanto na categoria de proponente como prestador de serviço.

§ 7.º É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

Art. 4.º Para efeito desta Lei, considera-se: . . .

I – Projeto Cultural: proposta de realização de ações, obras e/ou eventos de conteúdo artístico-cultural e destinação pública, com o objetivo de receber os benefícios do PROFICE, e que estejam de acordo com as seguintes diretrizes:

GABINETE DO GOVERNADOR



- a) promoção do acesso aos bens culturais;
- b) fomento da criação, pesquisa e produção artística;
- c) estímulo à descentralização das ações culturais do Estado;
- d) incentivo à formação de plateia; e
- e) valorização da qualidade das ações apresentadas no âmbito artístico e de relevância cultural.

II – Proponente: pessoa física ou jurídica estabelecida ou domiciliada no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, responsável pelo projeto cultural concorrente aos benefícios concedidos pelo PROFICE;

III – Gestor do projeto: pessoa física ou jurídica a quem o proponente delegar as funções de planejamento, organização, realização e a responsabilidade pela prestação de contas do projeto cultural;

IV – Incentivador: pessoa jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado do Paraná, que destine parcela do tributo, na forma de incentivo fiscal, para a realização de projeto cultural aprovado pelo PROFICE.

Art. 5.º O proponente poderá ter aprovados até 2 (dois) projetos por ano, de acordo com as normas a serem estabelecidas no decreto regulamentador.

Art. 6.º Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) artes cênicas (teatro, ópera e circo);
- b) audiovisual (áudio e vídeo);
- c) artes visuais;
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) patrimônio cultural material e imaterial; e
- h) povos, comunidades tradicionais e culturas populares.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 7.º O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:

I – Fundo Estadual de Cultura – FEC, criado por esta Lei, que contará com as seguintes fontes:

- a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;
- b) recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da SEEC;
- c) transferências da União;
- d) auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) doações e legados;
- f) valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
- g) multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos através do PROFICE;
- h) multas previstas na Lei Estadual de Tombamento do Paraná;
- i) juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;
- j) saldos de exercícios anteriores; e
- k) outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

II – recursos provenientes do Incentivo Fiscal, decorrentes de aplicações em projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, realizadas nos termos desta Lei, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ou pela legislação vigente;

Parágrafo único. O contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 8.º Os recursos provenientes desta Lei serão destinados ao financiamento de 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

§ 1.º Os projetos beneficiados pelo PROFICE deverão apresentar contrapartida a ser definida de forma específica nos editais do Programa.

§ 2.º O financiamento realizado por meio do PROFICE não veda a obtenção de recursos de outras fontes de incentivo direto ou indireto oriundos de Leis Federais de Incentivo à Cultura, Editais de Fomento de empresas públicas e privadas, Leis Municipais de Incentivo e outras fontes de patrocínio direto.

Art. 9.º A gestão do PROFICE será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, cabendo-lhe a função de agente executor do Programa.

§ 1.º A SEEC apresentará anualmente plano de ações e de aplicação dos recursos do PROFICE ao Conselho Estadual de Política Cultural, para análise e aprovação.

§ 2.º Caberá à SEEC a criação de equipe técnica para proceder à operacionalização das etapas de execução dos editais, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos projetos aprovados.

§ 3.º A prestação de contas referente à execução do plano de ações e aplicação dos recursos do PROFICE será encaminhada ao Conselho Estadual de Política Cultural para aprovação.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do PROFICE.

Art. 11. Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 17 (dezessete) membros, sendo:

I – presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

II – 7 (sete) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

III – 1 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

IV – 8 (oito) membros titulares e 8 (oito) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no Art. 6.º.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito a voz e voto, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2.º Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

§ 3.º Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

§ 4.º A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

Art. 12. As comissões técnicas serão organizadas de acordo com as exigências dos editais definidos pela CPROFICE e compostas por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

Parágrafo único. Caberá às referidas Comissões a avaliação técnica e do mérito dos projetos inscritos.

Art. 13. Os recursos interpostos ao resultado dos editais do PROFICE serão julgados em primeira instância pelas comissões técnicas e em segunda instância pela CPROFICE.

Art. 14. Serão definidos em decreto governamental os procedimentos para a constituição da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, assim como as normas referentes à inscrição, realização, prazos para prestação de contas dos projetos culturais, bem como os critérios gerais e específicos para a análise dos mesmos.

Art. 15. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná – Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura, podendo constar também o apoio do incentivador nos moldes de regulamento específico.

Art. 16. O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante dolo ou culpa, fica sujeito à multa correspondente a até duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis, penais ou tributárias.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 17. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do PROFICE, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos culturais pelo prazo de até 2 (dois) anos, à devolução ao Estado dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista e à multa correspondente até o dobro do valor desses recursos.

Art. 18. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis n.º 13.133 de 16 de abril de 2001, n.º 13.165 de 5 de junho de 2001 e demais disposições em contrário.

Curitiba, 7 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 108/2011

Curitiba, 7 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC, bem como adota outras providências.

Em virtude da não aplicabilidade e efetividade das Leis n.º 13.133, de 16 de abril de 2001, que propunha a criação do Programa Estadual de Incentivo à Cultura e a Lei n.º 13.165, de 5 de junho de 2001, que previa alterações no Fundo Estadual de Cultura, torna-se necessário a construção de um novo instrumento para fomentar e incentivar a cultura no Estado do Paraná.

O Programa de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, atendendo a essa demanda, constitui-se como o principal mecanismo de financiamento à produção, circulação de bens culturais e artísticos e para a preservação do patrimônio cultural, tendo como finalidade promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Cultura e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais.

Os objetivos fundamentais do PROFICE consistem em facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais, assim como garantir a preservação e recuperação do patrimônio cultural. O programa pretende ainda estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões, fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura, propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais e valorizar e difundir as manifestações artístico-culturais paranaenses.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 10.997.300-9 lhp/ctf

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Além disso, visando à transparência no processo de construção do Anteprojeto de Lei que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Estado da Cultura realizou 15 (quinze) audiências públicas: duas na capital e treze no interior do Estado, criando uma instância de debate, em que a sociedade civil pode manifestar considerações a respeito da proposta de Lei PROFICE.

Deste modo, espera-se que, com a criação deste pilar no Sistema Estadual de Cultura, inicie-se a construção de um arcabouço institucional e legal dos mecanismos de apoio à execução da política cultural, cumprindo as metas de Governo estabelecidas para a área da Cultura.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de dezembro de 2011
OF CEE/G 213/11



I- Protocole-se
II-À Diretoria Geral para providências
Em 07/12/2011
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 108/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC, bem como adota outras providências.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 952/11

Projeto de Lei nº. 952/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 108/11

Súmula: Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA – PROFICE, O FUNDO ESTADUAL DE CULTURA – FEC E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 61 E 150 CF. ARTS. 65, 66 E 190 CE. CONVÊNIO ICMS 27/06. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo instituir o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A Constituição do Estado do Paraná dispõe que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa, vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

No entanto, importante ressaltar os seguintes dispositivos da Constituição Federal:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Ainda, o Convênio ICMS 27/06, que autoriza o Estado do Paraná a conceder crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor do ICMS destinado pelos seus respectivos contribuintes a projetos culturais credenciados pelas respectivas Secretarias de Estado da Cultura, aduz:

Cláusula primeira Ficam os Estado do Acre, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo autorizados a conceder "crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos culturais credenciados pelas respectivas Secretarias de Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

da Cultura, na forma a ser regulamentada na legislação estadual.

§ 1º O incentivo fiscal de que trata o presente convênio fica limitado a até 0,2% (dois décimos por cento) da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior, relativamente ao montante máximo de recursos disponíveis, a ser fixado em cada exercício pelas Secretarias de Estado da Fazenda, para captação aos projetos credenciados pelas respectivas Secretarias de Estado da Cultura em cada exercício.

§ 2º Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos culturais de que trata o "caput", serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, devendo esses percentuais variar de 0,01% (um centésimo por cento) a 3,0% (três por cento), de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2007.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

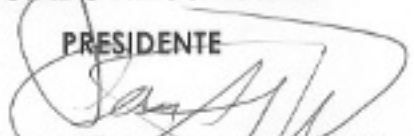
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR












Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 952/2011

De acordo com o que determina os artigos 137, §4º e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 6º e o art. 11 a contar com a seguinte redação:

Art. 6º - Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) Artes Visuais;
- b) Audiovisual (áudio e vídeo);
- c) Circo;
- d) Dança;
- e) Literatura, Livro e Leitura;
- f) Música;
- g) Ópera;
- h) Patrimônio Cultural material e imaterial; e
- i) Povos, comunidades tradicionais e culturas populares;
- j) Teatro.

Art. 11 - Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 21 (vinte um) membros, sendo:

I – Presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

II – 09 (nove) membros titulares e 09 (nove) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

III – 01 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

IV – 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no Art. 6º.

§ 1º - Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito à voz e voto, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 2º - Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

§ 3º - Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

§ 4º - A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.



Ademir Traiano
DEPUTADO ESTADUAL





952 - Finanças

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 12 DEZ 2011

1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.


Deputado Marcelo Rangel

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anote-se a
então anote
o projeto de lei
projeto de lei
projeto de lei

Manoel Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 952/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 108/11, que institui o Programa Estadual de Fomento e incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

A proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, com a inclusão de emenda.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se justificada.

Salienta-se ainda, na justificativa do autor que conforme a informação nº 713/2011-IGT, da Coordenadoria Técnico-Legislativa da Casa Civil, informa que o Estado do Paraná já é signatário de convênio que autoriza a concessão de crédito outorgado do ICMS corresponde ao valor do imposto destinado pelos contribuintes a projetos culturais credenciados pela Secretaria de Estado da Cultura, conforme Convênio ICMS 27/2006, demonstra que se observados os percentuais do incentivo nele previstos, não há obstáculos para a sua implementação pelo Poder Executivo.

Ainda, observe-se que a referida proposta, está em concordância com os arts. 65, 66 e 87, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

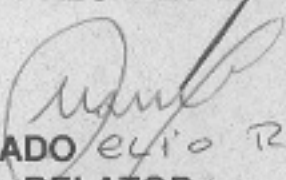


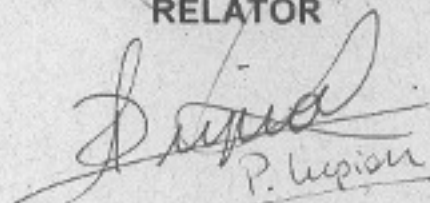
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


P. Lupion







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 952/11

I – SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Mensagem Enviada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Paraná, autuada como Projeto de Lei nº 952/11, que tem como objeto a instituição do Programa Estadual de Incentivo à Cultura – PROFICE, do Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

Tão logo houve a sua autuação, o Projeto foi enviado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça. Nesta Comissão, a relatoria foi entregue ao Deputado Cesar Silvestre Filho.

O Líder do Governo na Casa, com assento a Comissão de Constituição e Justiça, apresentou emenda modificativa ao Projeto. O parecer exarado pelo relator na CCJ é pela Constitucionalidade da Lei. Após, submetido à votação, mereceu aprovação, inclusive da referida emenda apresentada pelo Deputado Ademair Traiano, do Partido da Social Democracia Brasileira.

Nesse contexto, a Diretoria Legislativa enviou o Projeto à Comissão de Finanças, ficando a sua análise a cargo do ilustre Deputado Élio Rusch. De igual modo, mereceu parecer pela aprovação, tendo em vista a absoluta regularidade nas concessões de incentivo fiscal de ICMS constantes no Projeto, sendo aprovado tão logo submetido à votação.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.



II – MÉRITO

Preliminarmente, cabe esclarecer que a competência desta Comissão de Cultura para a análise deste Projeto é indubitosa. Conforme estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico. O presente Projeto institui formas de incentivo à Cultura, por meio de incentivo fiscal, bem como cria um Conselho para aprovar os projetos que serão beneficiados, o que demonstra total pertinência entre o tema tratado e esta Comissão.

Com relação ao mérito, consta na justificativa enviada pelo Poder Executivo que a Secretaria de Cultura realizou 15 audiências públicas para a sua discussão, o que é louvável, na medida em que a sociedade civil, por certo, deve ser ouvida para a elaboração de norma de tamanha importância. Afinal, está-se tratando do diploma legal que estabelece os meios de financiamento de algo bastante importante para a sociedade paranaense e brasileira: a cultura!

Apesar de receber poucos investimentos, a cultura é um importante mecanismo de transformação de nossa sociedade, visto que auxilia no enriquecimento da cidadania de nosso povo. Aliás, tamanha é a sua importância, que a cultura recebeu especial atenção do Poder Constituinte Originário Federal, recebendo uma seção própria no texto constitucional, no capítulo dedicado aos direitos sociais, conforme enfatiza o art. 215 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais. Mas isso não se tornará possível sem fontes que financiem projetos culturais oriundos de nosso Estado. Por isso mesmo é que o presente projeto merece aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

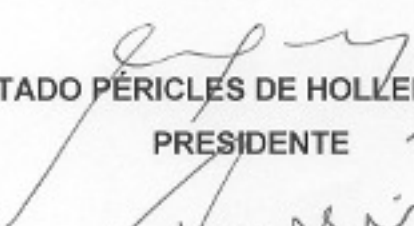
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

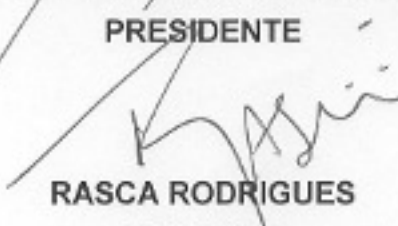
De resto, no que diz respeito à Emenda Modificativa apresentada pelo Deputado Presidente da Comissão de Cultura, Péricles de Holleben Mello, nada impede que a mesma seja incorporada ao texto do Projeto enviado pelo Poder Executivo, na medida em que se trata de mais um importante e interessante mecanismo para a propagação da Cultura em nosso país.


Isto é, a emenda guarda absoluta pertinência com a mensagem enviada pelo Governo do Estado, não modificando a sua essência. Aliás, ao contrário, pois a emenda visa apenas aperfeiçoar o Projeto estabelecendo, como dito acima, mais uma forma de financiamento de projetos culturais paranaenses, por meio de incentivo fiscal que está de acordo com Resolução do CONFAZ que consta nos autos da mensagem do Poder Executivo.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, **conforme emenda modificativa anexa**, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Assinatura manuscrita de Bernardo Carli.

DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO

Assinatura manuscrita de Caíto Quintana.

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO

Assinatura manuscrita de Teruo Kato.

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

Assinatura manuscrita de Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 952/11 – MENSAGEM Nº 108/2011

Súmula: Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 7º desta Lei de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

Com base no art. 136, § 4º¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresenta-se a seguinte emenda modificativa (ampliativa) ao Projeto de Lei nº 952/2011, de autoria do Poder Executivo, passando o seu art. 7º a ter a seguinte redação:

Art. 7º. O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:

(...)

Parágrafo 1º. O Contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS

Parágrafo 2º - Poderá o Poder Executivo conceder, a título de prêmio, aos contribuintes do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços que transferirem imposto de renda, conforme os mecanismos previstos nas Leis Federais nº 8685/1993 e nº 8.313/1991, para projetos culturais de interesse do Paraná e aprovados pelo CPROFICE, isenção de até 5% do valor do imposto de renda transferido ao projeto, em ICMS, nos termos da lei que o regulamenta.

¹ Art. 136. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

(...)

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

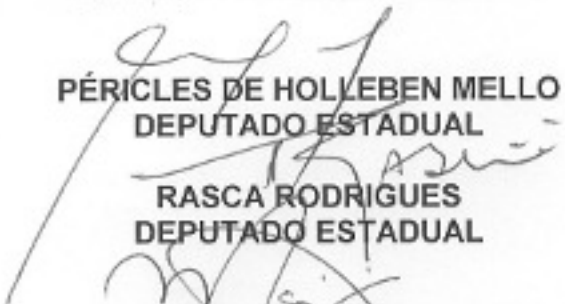


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

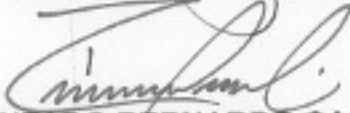
Parágrafo 3º - O Poder Executivo deverá regulamentar a forma da concessão do incentivo fiscal tratado no parágrafo 2º, mediante a prévia aprovação do Conselho Estadual de Cultura.


Curitiba, 14 de dezembro de 2011.

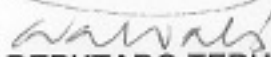

PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
DEPUTADO ESTADUAL

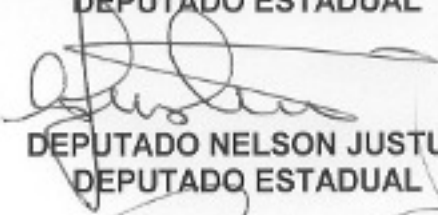

RASCA RODRIGUES
DEPUTADO ESTADUAL


DEPUTADA MARLA TURECK
DEPUTADO ESTADUAL


DEPUTADO BERNARDO CARLI
DEPUTADO ESTADUAL


DEPUTADO CAIO QUINTANA
DEPUTADO ESTADUAL


DEPUTADO TERUO KATO
DEPUTADO ESTADUAL


DEPUTADO NELSON JUSTUS
DEPUTADO ESTADUAL


ANIBELLI NETO
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

Primeiramente, torna-se necessário reconhecer que os projetos de lei – um que institui o Conselho Estadual de Cultura e este outro que cria o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura –, ambos oriundos do Poder Executivo, podem representar um avanço extraordinário na Política Cultural Paranaense.

A despeito de reconhecer tal avanço, a presente emenda modificativa pode contribuir ainda mais para alavancar a Cultura em nosso Estado. **Desde logo se faz imperioso demonstrar que a essência do Projeto enviado pelo Poder Executivo continuará rigorosamente a mesma, posto que esta emenda somente acrescenta um novo incentivo para o empresariado que investir em projetos culturais.**

Pois bem, esta emenda visa premiar os empresários que transferirem o dinheiro de seu imposto de renda, por meio da Lei Rouanet e Lei de Áudio Visual, aos projetos de interesse do Estado do Paraná, assim classificados pelo CPROFICE, com 5% do valor transferido de imposto de renda, em isenção fiscal de ICMS.

Trata-se de uma forma rápida e barata de alavancar a cultura paranaense, na medida em que o Estado, com este incentivo, pode potencializar a transferência de imposto de renda para a cultura por meio da Lei Rouanet e Lei de Áudio e Vídeo.

Para se ter ideia do potencial deste emenda, no sítio gestão do dinheiro público do Estado do Paraná existem os dados de arrecadação da parcela estadual de ICMS. No ano passado foram arrecadados R\$ 10.344.549.658,94. O Projeto de Lei enviado pelo Governo possui uma autorização, no âmbito do CONFAZ, para que o Estado do Paraná abra mão de 0,2% de sua arrecadação de ICMS destinando este valor à Cultura, representando, em valores do ano passado, aproximadamente R\$ 20,6 milhões de reais. Na hipótese de metade deste dinheiro (aproximadamente 10 milhões) ser destinado à isenção daqueles que transferirem imposto de renda para projetos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

culturais, conforme as referidas leis federais, o potencial de investimento em projetos culturais pelo empresariado será de aproximadamente R\$ 200 milhões de reais.

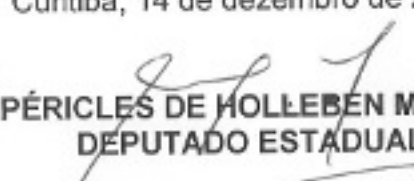
Isso porque o Estado estará isentando apenas 5% do valor efetivamente aplicado na Cultura, como um prêmio àqueles que financiam esta importante política pública.


Além disso, deve-se destacar que em estudo realizado pelo gabinete deste parlamentar verificou que as Empresas paranaenses que recolhem imposto de renda, aplicam menos de 20% do potencial que poderia ser investido na cultura. Com esse prêmio estabelecido nesta emenda, os empresários poderão aumentar consideravelmente esse percentual.

Cabe esclarecer, também, que à medida que os empresários aumentarem substancialmente sua transferência de imposto de renda aos projetos culturais paranaenses, o Governo poderá diminuir, gradativamente, a isenção, uma vez que a emenda deixa à discricionariedade do Poder Executivo estabelecer o percentual exato de isenção, já que determina que o Estado concederá **até 5% do valor transferido de imposto de renda, em isenção de ICMS.**

Nesse contexto, a aprovação desta emenda visa somar esforços aos projetos apresentados pelo Governo, a fim de alavancar a política cultural paranaense da forma mais rápida e menos custosa para o Poder Público.

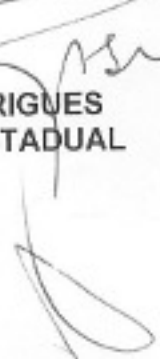
Curitiba, 14 de dezembro de 2011.


PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
DEPUTADO ESTADUAL


RASCA RODRIGUES
DEPUTADO ESTADUAL











Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 952/11

Projeto de Lei nº 952/11

Autor da emenda: Comissão de Cultura.

Súmula: Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 7º desta Lei de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – FEC e adota outras providências.

EMENTA: OBJETIVA INSERIR OS §§ 2º e 3º AO ART. 7º DO PROJETO DE LEI 952/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, institui o Programa Estadual de Fomento à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura - FEC e adota outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Cesar Silvestri Filho.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, na Comissão de Cultura desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria dos membros da referida Comissão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Aditiva em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Defesa do Consumidor.

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Deste modo, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa, proposta pela Comissão de Cultura, em virtude de sua legalidade.

Sala das Comissões, em 14 de Dezembro de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



ANTEPROJETO DE LEI N.º 362/2011

Súmula: Estabelece a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança – FCC do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN e adota outras providências.

Capítulo I

Das Diretrizes Gerais da Função Comissionada de Confiança

Art. 1.º Fica criada a Função Comissionada de Confiança – FCC, de valor absoluto, exclusiva dos servidores de carreira que desempenham suas atividades no Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN e que cumulativamente exerçam as atribuições de Chefia de Divisão, Chefia de Setor e Supervisão de Unidade Organizacional, conforme Anexo I desta Lei.

§ 1.º Conceitua-se FUNÇÃO COMISSIONADA DE CONFIANÇA como a associada à atividade FUNCIONAL da estrutura organizacional da ação pública por funcionário efetivo, promovida por livre designação do titular do órgão.

§ 2.º A Função é comissionada por ser de livre nomeação e exoneração e de confiança por ser exclusiva de funcionário efetivo da organização para a qual foi criada.

§ 3.º Conceitua-se ESTRUTURA ORGANIZACIONAL como a dimensão jurídica das organizações do Estado para atendimento dos objetivos institucionais voltados à atividade governamental permanente.

§ 4.º Conceitua-se ATIVIDADE GOVERNAMENTAL PERMANENTE como aquela em que o ente político denominado Estado é obrigado a zelar, cuidar, prover, fomentar, proteger, impedir, proporcionar, estabelecer, preservar, promover, combater, registrar, acompanhar, regulamentar, fiscalizar, executar, entre outros, para o atendimento do interesse público.

Art. 2.º A criação de Função Comissionada de Confiança – FCC somente será efetivada para estrutura formal até o nível hierárquico previsto no Anexo I desta Lei.

Art. 3.º A Função Comissionada de Confiança, criada em uma estrutura organizacional, não poderá ser utilizada em outra estrutura organizacional diferente daquela para onde foi criada.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 4.º O dimensionamento da fixação das quantidades de Funções Comissionadas de Confiança para o gerenciamento técnico deverá ser feito por órgão da administração direta e por órgão da administração autárquica, adotando-se a seguinte fórmula:

$$QFC = \frac{n,nn \times (QPE - QCC)}{QTS}^2$$

Onde:

n,nn = Fator de ponderação;

QFC = quantidade total de funções comissionadas de confiança;

QPE = quantidade total de servidores efetivos alocados no órgão;

QCC = quantidade total de cargos em comissão existentes no órgão; e

QTS = quantidade total de servidores em EFETIVO EXERCÍCIO no órgão.

§ 1.º Será arredondada a menor, a fração restante.

§ 2.º O fator de ponderação é a divisão da quantidade de cargos de provimento em comissão atual da estrutura pela quantidade total de servidores efetivos alocados no órgão, considerado o índice até a segunda casa centesimal, sem arredondamento.

Art. 5.º O cálculo deverá ser revisto bianualmente, adequando-se as quantidades por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6.º O órgão da administração de pessoal do Poder Executivo é o órgão responsável pela elaboração do dimensionamento, controle e acompanhamento das funções comissionadas de confiança.

Art. 7.º A Função Comissionada de Confiança – FCC é identificada pelos seguintes atributos:

- a) caráter de livre designação e dispensa de funcionário público estadual efetivo;
- b) criação por lei;
- c) denominação própria;
- d) quantidade fixada de acordo com a estrutura organizacional da qual faz parte; e
- e) pagamento pelo erário.

Capítulo II

Das Condições Gerais de Assunção da Função Comissionada de Confiança

Art. 8.º A Função Comissionada de Confiança – FCC é acessível quando preenchidas as condições previstas em lei e seus regulamentos, na forma do Perfil Profissiográfico descritivo das tarefas associadas à função.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º A designação para a Função Comissionada de Confiança – FCC se dará por indicação da autoridade máxima do órgão de alocação do funcionário objeto da designação.

§ 2.º A Função Comissionada de Confiança – FCC é vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais das estruturas organizacionais formais, possuindo caráter transitório.

§ 3.º A escolha de ocupantes de Funções Comissionadas de Confiança deverá recair em funcionário que possua, preferencialmente, os requisitos relativos à habilitação profissional e legal correspondente, indicada para cada caso e que possua, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício no serviço público estadual e somente após o estágio probatório.

§ 4.º O ato de provimento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser na forma de designação da autoridade máxima do órgão, publicada no Diário Oficial do Estado, contendo o nome completo do ocupante, RG, código ou simbologia da função, denominação da função e a descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

§ 5.º Não poderão ser designados ocupantes para Funções Comissionadas de Confiança em período retroativo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 9.º Não poderão ser substituídas as Funções Comissionadas de Confiança – FCC e nem poderá ser pago o valor das diferenças, quando houverem, em virtude de afastamentos e/ou impedimentos de seus titulares ou ocupantes.

Capítulo III

Da remuneração da Função Comissionada de Confiança

Art. 10. A remuneração das Funções Comissionadas de Confiança será de parcela única, denominada Valor da Função Comissionada de Confiança – VFC, na forma do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. A retribuição pecuniária pelo efetivo exercício da função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente, denomina-se VENCIMENTO ou VENCIMENTO BÁSICO.

Art. 11. A percepção do vencimento do exercício da Função Comissionada de Confiança – FCC é compatível com a remuneração de carreira e às vantagens acessórias permanentes, vantagens laborativas do serviço público, vantagens laborativas funcionais e demais vantagens acessórias transitórias de indenização, na forma da legislação em vigor.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício da função no serviço, assegurada constitucionalmente na forma de férias e décimo terceiro salário.

§ 2.º O cálculo das vantagens acessórias permanentes, ao funcionário efetivo que exerça a Função Comissionada de Confiança – FCC, incluirá o Valor da Função Comissionada de Confiança – VFC.

§ 3.º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público.

- a) serviço extraordinário ou de plantão;
- b) adicional noturno;
- c) auxílio ou vale-transporte;
- d) auxílio ou vale-alimentação;
- e) diárias;
- f) ajuda de custo;
- g) auxílio-funeral;
- h) salário-família;
- i) sobreaviso.

§ 4.º O cálculo das vantagens acessórias de sobreaviso, serviço extraordinário ou de plantão e o adicional noturno, ao funcionário efetivo que exerça a Função Comissionada de Confiança – FCC, será feito somente sobre a remuneração da carreira.

§ 5.º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA FUNCIONAL como aquela em que a concessão é decorrente de tarefas ou atividades que dizem respeito ao funcionamento de atividades do serviço público, mas que não estão previstas nas tarefas dos cargos e funções, realizadas em pagamento único.

I – GEBET – Gratificação pelo exercício de encargos de membro de banca examinadora de trânsito.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 12. A contribuição previdenciária do funcionário cometido de Função Comissionada de Confiança – FCC incidirá somente sobre a remuneração da carreira.

Art. 13. A Função Comissionada de Confiança – FCC não pode servir de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens que não as previstas de 13.º e férias.

Art. 14. A Função Comissionada de Confiança – FCC não se incorpora aos proventos de aposentadoria e às pensões.

Art. 15. A Função Comissionada de Confiança – FCC é inacumulável com cargo de provimento em comissão, ou gratificações ou funções gratificadas de mesma natureza ou assemelhada, para qualquer carreira do Poder Executivo Estadual.

Art. 16. A Função Comissionada de Confiança não será devida nos afastamentos que não sejam considerados de efetivo exercício.

Capítulo IV Das Disposições Finais

Art. 17. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei.

Art. 18. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do DETRAN, ouvidas previamente as Secretarias da Administração e Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

Art. 19. Ficam transformados na estrutura do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR os cargos em comissão a seguir: 01 (um) cargo de Chefe de Assuntos Operacionais, símbolo DAS-5; 10 (dez) cargos de Assessor Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; 30 (trinta) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C; 06 (seis) cargos de Chefe de Comissão, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Chefe de Ciretran Cat A, símbolo 1-C; 08 (oito) cargos de Chefe de Ciretran Cat B, símbolo 1-C; 62 (sessenta e dois) cargos de Chefe de Ciretran Cat C, símbolo 2-C; 10 (dez) cargos de Assessor Técnico de Coordenadoria, símbolo 2-C; 31 (trinta e um) cargos de Chefe de Setor, símbolo 3-C; 30 (trinta) cargos de Chefe de Ciretran Cat D, símbolo 3-C; 18 (dezoito) cargos de Chefe de Posto Avançado e Supervisor de Ciretran A, símbolo 4-C; 28 (vinte e oito) cargos de Chefe de Posto Avançado e Supervisor de Ciretran B, símbolo 6-C; 125 (cento e vinte e cinco) cargos de Supervisor de Ciretran C, símbolo 7-C; 54 (cinquenta e quatro) cargos de Supervisor de Ciretran, símbolo 8-C; 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe de Ciretran Cat A, símbolo

GABINETE DO GOVERNADOR



DAS-5; 01 (um) cargo de Ouvidor, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de Assistente de Tecnologia, símbolo 1-C; 04 (quatro) cargos de Assistente de Engenharia e Arquitetura, símbolo 1-C; 11 (onze) cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Chefe de Ciretran Cat B, símbolo 1-C; 11 (onze) cargos de Assistente Técnico-Jurídico, símbolo 1-C; 10 (dez) cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C; 06 (seis) cargos de Assistente Técnico de Comunicação Social, símbolo 2-C; 05 (cinco) cargos de Chefe de Posto, símbolo 2-C; 76 (setenta e seis) cargos de Chefe de Ciretran Cat C, símbolo 2-C; 109 (cento e nove) cargos de Assistente de Coordenadoria, símbolo 4-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Assistente de Ciretran A, símbolo 7-C; 50 (cinquenta) cargos de Assistente de Ciretran B, símbolo 7-C e 76 (setenta e seis) cargos de Assistente de Ciretran C, símbolo 7- C.

Art. 20. Os cargos de provimento em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná ficam definidos conforme Anexo III desta Lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2011, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

Art. 22. Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 23. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº

D. L.
Fls. 08
[Assinatura]

| SIMBOLOGIA | ATRIBUIÇÃO | ATIVIDADE | UNIDADE DE ALOCAÇÃO |
|---|------------------|---|---|
| FCC1 | Chefe de Divisão | Informação e Planejamento | Controladoria de Inspeção e Auditoria |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Inspeção e Análise de Processos | Controladoria de Inspeção e Auditoria |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Processos Administrativos e Disciplinares | Controladoria de Inspeção e Auditoria |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Credenciamento | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Registro e Controle | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Fiscalização | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Serviços Administrativos | Coordenadoria Administrativa |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Documentos | Coordenadoria Administrativa |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Serviços Gerais | Coordenadoria Administrativa |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Logística e Suporte Operacional | Coordenadoria de Educação para o Trânsito |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Programas Educativos, Orientação Técnica e Assessoramento | Coordenadoria de Educação para o Trânsito |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Apoio Pedagógico, Estudos e Pesquisas | Coordenadoria de Educação para o Trânsito |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Escola Pública de Trânsito | Coordenadoria de Educação para o Trânsito |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Obras e Reforma | Coordenadoria de Engenharia |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Sinalização | Coordenadoria de Engenharia |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Fiscalização | Coordenadoria de Engenharia |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Aprendizagem e Habilitação | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Sistema Renach | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Penalidades da CNH | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Medicina e Psicologia | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Folha de Pagamento | Diretoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Profissional |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Gestão de Pessoal Próprio | Diretoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Profissional |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Desenvolvimento e Assistência ao Servidor | Coordenadoria de Recursos Humanos |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Telefonia | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Relacionamento com o Cliente | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Gestão e Estrutura Tecnológica | Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Telecomunicação |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Suporte ao Usuário | Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Telecomunicação |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Sistema de Informação | Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Telecomunicação |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Sistema Renavam | Coordenadoria de Veículos |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Registros | Coordenadoria de Veículos |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Fiscalização | Coordenadoria de Veículos |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Controle e Arrecadação | Coordenadoria Financeira |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Controle de Despesa | Coordenadoria Financeira |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Controle de Contabilidade e Finanças | Coordenadoria Financeira |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Sistema Renainf | Coordenadoria Infrações |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Autos e Processos de Infração | Coordenadoria Infrações |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Julgamento de Defesa | Coordenadoria Infrações |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Controle de Fiscalização de Infrações | Coordenadoria Infrações |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Acompanhamento Físico e Financeiro de Metas | Núcleo de Controle Interno |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Plano Orçamentário | Núcleo de Controle Interno |
| FCC1 | Chefe de Divisão | Auditoria Interna e Controle de Processos | Núcleo de Controle Interno |
| TOTAL DE FCC1 – CHEFE DE DIVISÃO | | | 41 FUNÇÕES |

ANEXO I DA LEI Nº

D. L.
Fls. 09

| | | | |
|---------------------------------------|----------------|--|---|
| FCC2 | Chefe de Setor | Credenciamento de CFC e Instituições de Ensino | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Análise de Processo | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Cadastro | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Emissão de Documentos | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Atendimento Regional | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Análise de Processo | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | CFC | Controladoria Regional de Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Compras | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Contratos | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Material | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Patrimônio | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Arquivo Geral | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Reprografia | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Malote | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Protocolo | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Segurança | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Limpeza | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Transporte | Coordenadoria Administrativa |
| FCC2 | Chefe de Setor | Gestão Pedagógica | Coordenadoria de Educação para o Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Gestão de Ensino | Coordenadoria de Educação para o Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Biblioteca e Museu de Trânsito | Coordenadoria de Educação para o Trânsito |
| FCC2 | Chefe de Setor | Manutenção | Coordenadoria de Engenharia |
| FCC2 | Chefe de Setor | Acompanhamento da Banca Examinadora | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC2 | Chefe de Setor | Credenciamento | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC2 | Chefe de Setor | Médico | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC2 | Chefe de Setor | Psicologia | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC2 | Chefe de Setor | Fiscalização | Coordenadoria de Habilitação |
| FCC2 | Chefe de Setor | Concessões e Benefícios | Coordenadoria de Recursos Humanos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Gestão de Pessoas | Coordenadoria de Recursos Humanos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Capacitação Continuada | Coordenadoria de Recursos Humanos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Estágio e Inicialização Profissional | Coordenadoria de Recursos Humanos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Assistência ao Servidor | Coordenadoria de Recursos Humanos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Controle de Acesso e Segurança | Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Telecomunicação |
| FCC2 | Chefe de Setor | Bloqueio de Veículos | Coordenadoria de Veículos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Análise de Processo de Registro de Veículo | Coordenadoria de Veículos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Controle de Documentos de Segurança | Coordenadoria de Veículos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Controle de Documentos Especiais | Coordenadoria de Veículos |
| FCC2 | Chefe de Setor | Dívida Ativa | Coordenadoria Financeira |
| FCC2 | Chefe de Setor | Acompanhamento e Arrecadação | Coordenadoria Financeira |
| FCC2 | Chefe de Setor | Liquidações | Coordenadoria Financeira |
| FCC2 | Chefe de Setor | Orçamentária | Coordenadoria Financeira |
| FCC2 | Chefe de Setor | Viagens | Coordenadoria Financeira |
| FCC2 | Chefe de Setor | Fundo Rotativo | Coordenadoria Financeira |
| FCC2 | Chefe de Setor | Controle de Custos | Coordenadoria Financeira |
| FCC2 | Chefe de Setor | Despachante | 001. Ciretran |
| FCC2 | Chefe de Setor | Atendimento - Veículo | 001. Ciretran |
| FCC2 | Chefe de Setor | Atendimento - Habilitação | 001. Ciretran |
| FCC2 | Chefe de Setor | Vistoria | 001. Ciretran |
| FCC2 | Chefe de Setor | Exame Prático | 001. Ciretran |
| FCC2 | Chefe de Setor | Recursos de Multas | 001. Ciretran |
| FCC2 | Chefe de Setor | Liberação de Veículos | 001. Ciretran |
| TOTAL DE FCC2 - CHEFE DE SETOR | | | 51 FUNÇÕES |

ANEXO I DA LEI Nº



| | | | |
|------|------------|---------------------------------------|---|
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão de Atendimento Call Center | Coordenadoria de Relacionamento com o Cliente |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 002. Ponta Grossa |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 003. Paranaguá |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 003. Paranaguá |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 004. União da Vitória |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 004. União da Vitória |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 005. Pato Branco |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 005. Pato Branco |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 006. Guarapuava |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 006. Guarapuava |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 007. Cascavel |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 007. Cascavel |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 008. Campo Mourão |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 008. Campo Mourão |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 009. Cruzeiro do Oeste |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 010. Jacarezinho |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 011. Cornélio Procopio |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 012. Londrina |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 012. Londrina |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 012. Posto de Londrina |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 013. Maringá |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 013. Maringá |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 013. Posto de Maringá |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 014. Paranavaí |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 014. Paranavaí |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 015. Apucarana |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 015. Apucarana |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 016. Foz do Iguaçu |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 016. Foz do Iguaçu |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 017. Arapongas |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 017. Arapongas |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 018. Nova Esperança |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 019. Assaí |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 020. Umuarama |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 020. Umuarama |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 021. Irati |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 022. Bandeirantes |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 023. Porecatu |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 024. Telamaco Borba |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 024. Telamaco Borba |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 025. Goioerê |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 026. Cianorte |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 026. Cianorte |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 027. Ibaté |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 028. Loanda |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 029. Rio Negro |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 030. Francisco Beltrão |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 030. Francisco Beltrão |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 031. Dois Vizinhos |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 032. Santa Izabel do Oeste |

ANEXO I DA LEI Nº



| | | | |
|------|------------|------------|--------------------------------|
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 033. Medianeira |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 033. Medianeira |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 034. Toledo |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 034. Toledo |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 035. Marechal Cândido Rondon |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 036. Guaíra |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 037. Ubatulã |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 038. Ivaiporã |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 039. Arapoti |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 040. Cambará |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 041. Assis Chateaubriand |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 042. Palotina |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 043. Rolândia |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 044. Santo Antônio da Platina |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 045. Nova Londrina |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 046. Cidade Gaúcha |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 047. Jandaia do Sul |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 048. Pitanga |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 049. Iporã |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 050. Faxinal |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 051. Campo Largo |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 051. Campo Largo |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 052. Rio Branco do Sul |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 053. Lapa |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 054. Imbituva |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 055. Palmas |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 056. Castro |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 057. Lajeiras do Sul |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 058. Rondon |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 059. Santa Izabel do Ivaí |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 060. Colorado |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 061. Matelândia |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 062. Coronel Vivida |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 063. Capanema |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 064. Barracão |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 065. Altonia |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 066. Ibiçorã |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 067. Santo Antônio do Sudoeste |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 068. Astorga |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 069. Sertãozinho |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 070. Bela Vista do Paraíso |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 071. Barbosa Ferraz |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 072. Joaquim Távora |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 073. Araucária |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 073. Araucária |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 074. Guaraniáçu |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 075. Jaguaraíva |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 076. Cambé |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 076. Cambé |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 077. Centenário Sul |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 078. Wenceslau Braz |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 079. São Mateus do Sul |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 080. Carambei |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 081. Mandaguari |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 082. Terra Boa |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 083. Santa Helena |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 084. Chopinzinho |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 085. Quedas do Iguaçu |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 086. Sarandi |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 086. Sarandi |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 087. Serianeja |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 088. Siqueira Campos |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 089. São José dos Pinhais |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 089. São José dos Pinhais |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 090. Nova Aurora |

ANEXO I DA LEI Nº

| | | | |
|----------------------------|------------|------------|-------------------------|
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 091. Icaraima |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 092. Realiza |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 093. Mangueirinha |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 094. Marilândia do Sul |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 095. Engenheiro Beltrão |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 096. Clevelândia |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 097. Prudentópolis |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 098. Catanduvas |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 099. Guaratuba |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 100. Ribeirão Claro |
| FCC2 | Supervisor | Supervisão | 101. Reserva |
| TOTAL DE FCC2 – SUPERVISOR | | | 133 FUNÇÕES |

TOTAL DE FUNÇÕES

225



ANEXO II DA LEI Nº



VALOR DA FUNÇÃO COMISSIONADA – VFC, POR SIMBOLOGIA

| SIMBOLOGIA | VALOR |
|------------|--------------|
| FCC1 | R\$ 2.793,81 |
| FCC2 | R\$ 1.728,58 |



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO |
|--------------|--|---------|
| 1 | DIRETOR GERAL | DAS-1 |
| 4 | DIRETOR | DAS-2 |
| 2 | CHEFE DE CONTROLADORIA | DAS-5 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE | DAS-5 |
| 1 | CHEFE DE NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO | DAS-5 |
| 1 | CHEFE DE CIRETRAN CAT A | DAS-5 |
| 10 | CHEFE DE COORDENADORIA | DAS-5 |
| 4 | ASSESSOR | DAS-5 |
| 1 | OUVIDOR | DAS-5 |
| 3 | ASSISTENTE DE TECNOLOGIA | 1-C |
| 4 | ASSISTENTE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA | 1-C |
| 11 | ASSISTENTE TÉCNICO DE DIRETORIA | 1-C |
| 24 | CHEFE DE CIRETRAN CAT B | 1-C |
| 11 | ASSISTENTE TÉCNICO JURÍDICO | 1-C |
| 10 | ASSISTENTE DE DIRETORIA | 2-C |
| 6 | ASSISTENTE TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 2-C |
| 5 | CHEFE DE POSTO | 2-C |
| 76 | CHEFE DE CIRETRAN CATEGORIA 'C' | 2-C |
| 109 | ASSISTENTE DE COORDENADORIA | 4-C |
| 24 | ASSISTENTE DE CIRETRAN A | 7-C |
| 50 | ASSISTENTE DE CIRETRAN B | 7-C |
| 76 | ASSISTENTE DE CIRETRAN C | 7-C |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| 434 | TOTAL | |

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 12 de dezembro de 2011
OF CEE/G 218/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 DEZ. 2011

1º Secretário

A DAP p, lido no ex-
pediente

A DL p, lido no ex-
pediente
Em 12 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 110/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
estabelece a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança –
FCC do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 110/2011

Curitiba, 12 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que estabelece a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança – FCC do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, bem como adota outras providências.

Tendo em vista a atual estrutura do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, e compartilhando o anseio por uma instituição eficiente e voltada ao aprimoramento da prestação de serviço público de qualidade ao povo paranaense, torna-se imperioso iniciar um trabalho de reestruturação da respectiva autarquia.

O objetivo, dentro da nova visão do atual Governo, além de dar uma maior valorização aos seus servidores, é buscar uma mudança no perfil da instituição, primando sempre pelo aprimoramento de seus serviços perante à sociedade. Também importa ressaltar que, com a presente medida, iremos priorizar o foco das nossas ações sobre a busca da maior eficiência da execução de suas funções, sem esquecer da sua responsabilidade e indelegável competência na prestação de serviços públicos.

Sendo assim, para que se avance em busca de um serviço público cada vez mais eficiente, propõe-se a reestruturação e realinhamento funcional da autarquia.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 11.281.188-5 (lph/vcl)

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 962/11

Projeto de Lei nº. 962/11

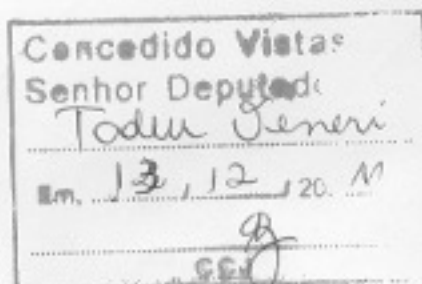
Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 110/11

Súmula: Estabelece a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança – FCC do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN e adota outras providências.

EMENTA: ESTABELECE A ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA – FCC DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo estabelecer a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança – FCC do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00; uma vez que está devidamente juntado o documento n.º 088 – COFIN, protocolado sob o n.º 11.281.188-5 que apresenta a disponibilidade orçamentária do órgão em questão, DETRAN – PR.

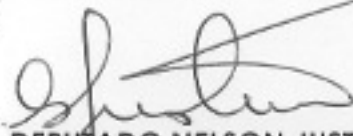
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

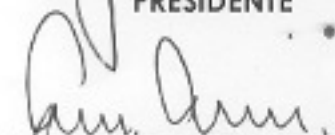
Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de DEZEMBRO de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

VOTO
CONTRÁRIO
AO PARECER

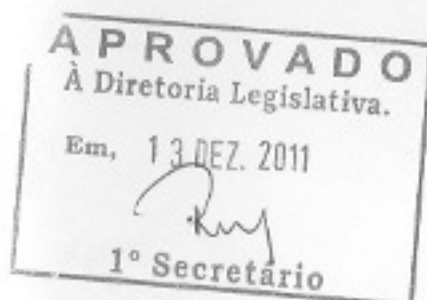

Tadeu Genari

962



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

08



REQUERIMENTO

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 962/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 110/11 conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente de Comissão Permanente nesta Casa após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 962/11 e oriundo da Mensagem 110/11 do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.


Deputado Estadual
Presidente de Comissão Permanente

Produção e
votação do
respectivo projeto
Mauro Roberto Borges
Diretor Legislativo

15:21 13/12/2011 010396 MP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 962/11

O presente Projeto de Lei nº 962/11, vem a esta Comissão cumprindo a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposta de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 110/11, com o objetivo de estabelecer a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança – FCC do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN e adota outras providências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao estudar a proposta, exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em tela.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta vem ladeada da declaração do Senhor Marcos Elias Traad da Silva, Diretor Geral do Detran-PR, informando que possui disponibilidade orçamentária e financeira, e a despesa tem adequação com a Lei nº 8.666/93, estando incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentaria e na Lei Orçamentária Anual. Também atende aos requisitos da Lei Complementar nº 101/00, em especial aos artigos 16 e 17 da citada lei, sendo que o mesmo não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2012.

Destaca-se ainda, a informação nº 088-COFIN, protocolo Nº 11.281.188-5, onde podemos constatar a apresentação de disponibilidade orçamentária do próprio órgão em questão, o DETRAN/PR.


Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.



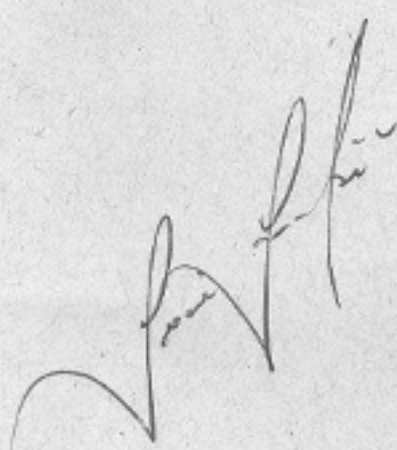
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 14/12/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR





ANTEPROJETO DE LEI N.º 943/2011

Súmula: Transfere atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como transfere atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e adota outras providências.

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, transformada pela Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a ter por finalidade as atividades concernentes à organização, à promoção, ao desenvolvimento e à coordenação:

- I – da Política e Sistema Estadual de Assistência Social para o combate à pobreza e à exclusão social;
- II – da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III – do Sistema de Atendimento Socioeducativo; e
- IV – do exercício de outras atividades correlatas.”

Parágrafo único. A competência relativa aos Conselhos Tutelares passa a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º Inclui os incisos VIII e IX no art. 2.º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, com a seguinte redação:

- “VIII – as atividades concernentes à organização, à promoção, ao desenvolvimento e à coordenação da Política e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional; e
- IX – o exercício de outras atividades correlatas.”

Art. 3.º O artigo 3.º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º A SEJU Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU, a que se refere a Lei n.º 13.986, de 30 de dezembro de 2002, fica transformada em Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, tendo por finalidade a definição de diretrizes para a política governamental focada no respeito à dignidade humana, bem como a coordenação de sua execução, nas áreas:

I – de proteção às vítimas e testemunhas e de crianças e adolescentes ameaçados de morte;

II – de superação das situações de conflito e violência;

III – de proteção, defesa, educação e orientação ao consumidor;

IV – de defesa dos direitos da cidadania e da pessoa com deficiência;

V – da defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa e das minorias;

VI – de prevenção, repressão e fiscalização do uso de entorpecentes;

VII – de preservação dos direitos humanos e sociais e garantia das liberdades individuais e coletivas;

VIII – de administração do Sistema Penitenciário;

IX – de supervisão e fiscalização da aplicação de pena de reclusão e detenção;

X – de educação e qualificação profissional daqueles que se encontram sob custódia do Estado;

XI – de reinserção social dos egressos do Sistema Penal;

XII – de relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça;

XIII – de integração com o Governo Federal, com os órgãos do Governo Estadual e Municipal sobre matéria de aplicação de justiça; e

XIV – de outras atividades correlatas."

Art. 4.º O artigo 5.º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica, que se encontram em execução pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – ora renomeada Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, afetos às atividades de segurança alimentar, terão a sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo Estadual."

Art. 5.º A Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar acrescido do art. 7.º-A, com a seguinte redação:

"Art. 7.º-A. Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS: 28 (vinte e oito) cargos de Assistente, símbolo 1-C em 43 (quarenta e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C."

Art. 6.º O art. 24 da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. O Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA passam a ser subordinados à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS; o Conselho Estadual do Idoso – CEDI passa a ser subordinado à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA passa a ser subordinado à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS".

Art. 7.º Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, proceder à readequação e aos ajustes administrativos necessários, decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e a carga patrimonial.

Art. 8.º Fica o Poder Executivo do Estado autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação desta Lei.

Art. 9.º Caberá ao Poder Executivo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, elaborar os atos de reformulação e implantação das alterações organizacionais e orçamentárias dos órgãos do Poder Executivo Estadual, necessários à implementação dos dispositivos desta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 10. Fica transferido da Procuradoria-Geral do Estado 01 (um) cargo de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração, símbolo DAS-5 para a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, ficando alterada a sua denominação para Gerente de Recursos Humanos, mantida a mesma simbologia.

Art. 11. O art. 2.º da Lei n.º 16.839, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º Ficam transferidos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 6-C."

Art. 12. O art. 3.º da Lei n.º 16.839, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, considerados os cargos mencionados no Art. 2.º desta Lei: 01 (um) cargo de Diretor do Centro de Treinamento para Desenvolvimento, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador de Centro de Estudos, símbolo DAS-5; 07 (sete) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C em 12 (doze) cargos de Coordenador Técnico, símbolo 1-C e 08 (oito) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C."

Art. 13. Ficam republicados os anexos I a XIII da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, na forma dos anexos a presente Lei, incorporando as alterações nela tratadas.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos orçamentários e financeiros a partir de 1.º de janeiro de 2012.

Curitiba, 5 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO I

CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS

D. L.

| SEDS | | |
|--------------|---------------------------------------|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | SECRETÁRIO DE ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE ESTADO | DAS-1 |
| 6 | CHEFE DE COORDENAÇÃO | DAS-2 |
| 13 | ASSESSOR TÉCNICO | DAS-2 |
| 23 | ASSESSOR TÉCNICO | DAS-3 |
| 1 | ASSESSOR TÉCNICO | DAS-4 |
| 11 | ASSESSOR | DAS-4 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE | DAS-5 |
| 22 | CHEFE DE ESCRITÓRIO REGIONAL | DAS-5 |
| 23 | ASSESSOR | DAS-5 |
| 22 | DIRETOR DE CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO | DAS-5 |
| 14 | ASSISTENTE | 1-C |
| 10 | CHEFE DE DIVISÃO | 2-C |
| 22 | ASSISTENTE DE PROGRAMA | 3-C |
| 43 | ASSISTENTE | 4-C |
| 1 | ASSISTENTE | 5-C |
| 4 | ASSISTENTE | 7-C |
| 1 | ASSISTENTE | 8-C |
| 10 | ASSISTENTE | 11-C |
| | | |
| 229 | TOTAL | |

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO
INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE
ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SETS

ANEXO II

| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO |
|--------------|---------------------------------------|---------|
| 1 | Secretário de Estado | |
| 1 | Diretor Geral de Secretaria de Estado | DAS-1 |
| 6 | Assessor Técnico | DAS-2 |
| 3 | Chefe de Departamento | DAS-2 |
| 10 | Assessor Técnico | DAS-3 |
| 1 | Chefe de Gabinete | DAS-5 |
| 20 | Chefe de Escritório Regional | DAS-5 |
| 6 | Assessor Técnico | DAS-5 |
| 15 | Assistente | 1-C |
| 24 | Assistente | 2-C |
| 4 | Assistente | 3-C |
| 5 | Assistente | 4-C |
| 1 | Assistente | 7-C |
| 1 | Assistente | 8-C |
| 1 | Assistente | 11-C |
| | | |
| 99 | TOTAL | |

ANEXO III
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA
JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU

D. L.
Fls. 07

ANEXO III

| SEJU | | |
|--------------|---|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | SECRETÁRIO DE ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE ESTADO | DAS-1 |
| 1 | CORREGEDOR DO SISTEMA PENAL | DAS-1 |
| 1 | OUVIDOR DO SISTEMA PENAL | DAS-2 |
| 5 | DIRETOR | DAS-2 |
| 1 | ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL | DAS-2 |
| 11 | DIRETOR DE ESTABELECIMENTO PENAL | DAS-3 |
| 7 | ASSESSOR TÉCNICO | DAS-3 |
| 1 | CHEFE DO SISTEMA INTEGRADO | DAS-3 |
| 10 | DIRETOR DE ESTABELECIMENTO PENAL | DAS-4 |
| 7 | ASSESSOR TÉCNICO | DAS-4 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO | DAS-5 |
| 1 | CHEFE DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA | DAS-5 |
| 8 | DIRETOR DE UNIDADE PENAL | DAS-5 |
| 1 | DIRETOR CLÍNICO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL | DAS-5 |
| 1 | DIRETOR ADMINISTRATIVO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL | DAS-5 |
| 1 | DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | DAS-5 |
| 17 | ASSESSOR TÉCNICO | DAS-5 |
| 10 | ASSISTENTE | 1-C |
| 29 | ASSISTENTE DE ESTABELECIMENTO PENAL | 1-C |
| 8 | CHEFE DE CADEIA PÚBLICA | 1-C |
| 29 | CHEFE DE SEGURANÇA DE UNIDADE PENAL | 2-C |
| 12 | ASSISTENTE | 2-C |
| 3 | ASSISTENTE | 3-C |
| 8 | ASSISTENTE | 4-C |
| 1 | ASSISTENTE | 5-C |
| 5 | ASSISTENTE | 6-C |
| 2 | ASSISTENTE | 7-C |
| 6 | ASSISTENTE PENITENCIÁRIO | 9-C |
| 189 | TOTAL | |

ANEXO IV
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA GERAL DO
ESTADO



ANEXO IV

| PGE | | |
|--------------|---|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | PROCURADOR GERAL DO ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL | DAS-1 |
| 2 | PROCURADOR ASSESSOR | DAS-2 |
| 1 | PROCURADOR CHEFE JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES BSB | DAS-2 |
| 2 | PROCURADOR ASSESSOR JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES BSB | DAS-3 |
| 2 | ASSESSOR | DAS-3 |
| 5 | PROCURADOR ASSESSOR | DAS-4 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE DE PROCURADOR GERAL ESTADO | DAS-5 |
| 10 | PROCURADOR CHEFE DE PROCURADORIA | DAS-5 |
| 5 | PROCURADOR CHEFE DE COORDENADORIA | DAS-5 |
| 16 | PROCURADOR CHEFE DE PROCURADORIA REGIONAL | DAS-5 |
| 19 | PROCURADOR CHEFE DE NÚCLEO JURÍDICO DA ADMINISTR. | DAS-5 |
| 1 | PROCURADOR ASSESSOR | DAS-5 |
| 2 | ASSISTENTE DA PROCURADORIA JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES BSB | 1-C |
| 16 | ASSISTENTE TÉCNICO DA PROCURADORIA REGIONAL | 1-C |
| 17 | ASSISTENTE TÉCNICO | 1-C |
| 12 | ASSISTENTE | 1-C |
| 2 | ASSISTENTE | 4-C |
| 36 | ASSISTENTE | 5-C |
| 2 | ASSISTENTE | 6-C |
| 1 | ASSISTENTE | 7-C |
| 1 | ASSISTENTE | 8-C |
| 1 | ASSISTENTE | 15-C |
| 156 | | |

ANEXO V
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

D. L.
Fls. 08

ANEXO V

| SECS | | |
|--------------|---|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | SECRETÁRIO DE ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE ESTADO | DAS-1 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO | DAS-5 |
| 1 | ASSESSOR | DAS-5 |
| 4 | CHEFE DE COORDENADORIA | DAS-5 |
| 15 | CHEFE DE CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 1-C* |
| 4 | ASSESSOR | 1-C |
| 3 | ASSISTENTE | 1-C |
| 7 | ASSISTENTE | 2-C |
| 5 | ASSISTENTE | 3-C |
| 4 | ASSISTENTE | 5-C |
| 3 | ASSISTENTE | 6-C |
| 2 | ASSISTENTE | 10-C |
| 51 | TOTAL | |

ANEXO VI
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

D. L.
Fls. 60
m

ANEXO VI

| SEAB | | |
|--------------|---|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | SECRETÁRIO DE ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE ESTADO | DAS-1 |
| 1 | ASSESSOR | DAS-2 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO | DAS-5 |
| 1 | ASSISTENTE TÉCNICO DE DIRETOR GERAL | DAS-5 |
| 3 | CHEFE DE DEPARTAMENTO | DAS-5 |
| 3 | ASSESSOR | DAS-5 |
| 21 | CHEFE DE NÚCLEO REGIONAL | DAS-5 |
| 4 | ASSESSOR TÉCNICO | 1-C |
| 2 | ASSESSOR | 2-C |
| 1 | ASSISTENTE | 3-C |
| 15 | ASSISTENTE | 6-C |
| 1 | ASSISTENTE | 7-C |
| 1 | ASSISTENTE | 8-C |
| 2 | ASSISTENTE | 10-C |
| 1 | ASSISTENTE | 11-C |
| 5 | ASSISTENTE | 13-C |
| 1 | ASSISTENTE | 14-C |
| 16 | ASSISTENTE | 15-C |
| 81 | TOTAL | |

ANEXO VII
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

D. L.
Fls. 4

ANEXO VII

| SETU | | |
|--------------|---|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | SECRETÁRIO DE ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE ESTADO | DAS-1 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO | DAS-5 |
| 2 | COORDENADOR | DAS-5 |
| 1 | ASSESSOR | DAS-5 |
| 1 | ASSISTENTE | 1-C |
| 1 | ASSISTENTE | 2-C |
| 1 | ASSISTENTE | 6-C |
| 9 | TOTAL | |

ANEXO VIII
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ - RTVE



| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO |
|--------------|--|---------|
| 1 | Diretor Presidente | AE1 |
| 1 | Diretor Presidente | DAS-1 |
| 4 | Diretor | DAS-2 |
| 9 | Coordenador de Projetos de Produção de Televisão e Rádio | DAS-3 |
| 8 | Assessor | DAS-4 |
| 3 | Gerente | 1-C |
| 1 | Assistente | 5-C |
| | | |
| 27 | TOTAL | |

ANEXO IX
CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

D. L.
Fls. 13

| SEDU | | |
|--------------|---|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | SECRETÁRIO DE ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE ESTADO | DAS-1 |
| 1 | ASSESSOR | DAS-2 |
| 1 | ASSESSOR | DAS-4 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO | DAS-5 |
| 4 | CHEFE DE COORDENADORIA | DAS-5 |
| 1 | ASSESSOR ESPECIAL | DAS-5 |
| 1 | ASSISTENTE TÉCNICO DO DIRETOR GERAL | DAS-5 |
| 2 | ASSESSOR | DAS-5 |
| 2 | ASSESSOR | 1-C |
| 5 | ASSISTENTE | 1-C |
| 6 | ASSESSOR | 2-C |
| 1 | ASSESSOR | 3-C |
| 4 | ASSESSOR | 4-C |
| 3 | ASSISTENTE | 5-C |
| 3 | OFICIAL DE GABINETE | 6-C |
| 3 | ASSISTENTE | 7-C |
| 2 | ASSISTENTE | 8-C |
| 1 | ASSISTENTE | 9-C |
| 1 | ASSISTENTE | 10-C |
| 1 | ASSISTENTE | 11-C |
| 3 | ASSISTENTE | 13-C |
| 48 | TOTAL | |

ANEXO X
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA
DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

D. L.
Fl. 14

| SEMA | | |
|--------------|---|---------|
| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
| 1 | SECRETÁRIO DE ESTADO | - |
| 1 | DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE ESTADO | DAS-1 |
| 1 | ASSESSOR ESPECIAL | DAS-2 |
| 5 | COORDENADOR | DAS-2 |
| 1 | ASSESSOR TÉCNICO | DAS-3 |
| 1 | CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO | DAS-5 |
| 6 | ASSESSOR | DAS-5 |
| 1 | SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE | DAS-5 |
| 1 | SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE | DAS-5 |
| 8 | CHEFE DE ESCRITÓRIO REGIONAL | DAS-5 |
| 9 | CHEFE DE DIVISÃO | 1-C |
| 1 | ASSISTENTE | 1-C |
| 1 | ASSESSOR TÉCNICO | 1-C |
| 2 | CHEFE DE CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS | 2-C |
| 1 | ASSISTENTE TÉCNICO | 2-C |
| 1 | ASSISTENTE | 3-C |
| 41 | TOTAL | |

ANEXO XI
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE



| Nº de Cargos | DENOMINAÇÃO | Símbolo |
|--------------|---|---------|
| 1 | DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO | DAS-1 |
| 1 | DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO | DAS-3 |
| 1 | DIRETOR ADJUNTO | DAS-3 |
| 1 | ASSESSOR TÉCNICO | 2-C |
| 1 | GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO | 2-C |
| 1 | GERENTE COMERCIAL | 2-C |
| 1 | GERENTE DE PRODUÇÃO | 2-C |
| 1 | ASSISTENTE DE PRODUÇÃO | 4-C |
| 2 | OFICIAL DE GABINETE | 7-C |
| 2 | ASSISTENTE | 13-C |
| | | |
| 12 | TOTAL | |

ANEXO XII
CARGOS EM COMISSÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC



| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO |
|--------------|-------------------------------------|---------|
| 1 | Diretor Presidente | DAS-1 |
| 1 | Diretor Técnico | DAS-3 |
| 1 | Diretor Administrativo Financeiro | DAS-3 |
| 1 | Diretor de Transporte Metropolitano | DAS-3 |
| 5 | Assessor | DAS-2 |
| 5 | Assessor | DAS-5 |
| 5 | Coordenação | DAS-5 |
| 2 | Coordenador de Região Metropolitana | AE1 |
| | | |
| 21 | | |

ANEXO XIII
CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA CASA CIVIL - CC



| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO |
|--------------|-----------------------------------|---------|
| 1 | Chefe da Casa Civil | - |
| 8 | Secretário Especial | - |
| 1 | Secretário de Controle Interno | AE-1 |
| 1 | Assessor Especial | AE-1 |
| 5 | Assessor Especial da Governadoria | AE-1 |
| 10 | Assessor da Governadoria | DAS-1 |
| 1 | Diretor Geral | DAS-1 |
| 2 | Chefe da Coordenadoria | DAS-1 |
| 7 | Assessor Especial | DAS-1 |
| 6 | Assessor da Governadoria | DAS-2 |
| 6 | Assessor | DAS-2 |
| 9 | Assessor Especial | DAS-2 |
| 3 | Coordenador | DAS-2 |
| 15 | Assessor | DAS-3 |
| 21 | Assessor | DAS-4 |
| 1 | Assessor Especial | DAS-4 |
| 10 | Assessor da Governadoria | DAS-5 |
| 41 | Assessor | DAS-5 |
| 12 | Assessor Especial | DAS-5 |
| 1 | Chefe de Gabinete da Casa Civil | DAS-5 |
| 60 | Assessor Administrativo | 1-C |
| 30 | Assistente | 1-C |
| 1 | Assistente Administrativo | 1-C |
| 1 | Assistente da Governadoria | 2-C |
| 34 | Assistente | 2-C |
| 40 | Assistente | 3-C |
| 29 | Assistente | 4-C |
| 1 | Assistente da Governadoria | 5-C |
| 48 | Assistente | 5-C |
| 16 | Assistente | 6-C |
| 5 | Assistente | 7-C |
| 9 | Assistente | 8-C |
| 20 | Assistente | 10-C |
| 3 | Assistente | 11-C |
| 1 | Assistente | 13-C |
| 7 | Assistente | 14-C |
| 3 | Assistente da Governadoria | 15-C |
| 10 | Assistente | 15-C |
| 477 | TOTAL | |

MENSAGEM N.º 104/2011

Curitiba, 5 de dezembro de 2011


Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, objetivando a transferência de atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como a transferência de atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

A presente medida se dá com o intuito de ajustar a esfera de competências da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU e da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS.

Assim, com as mudanças ora sugeridas, o Estado incumbirá as Secretarias que possuem uma estrutura mais adequada para os serviços, possibilitando, assim, o melhoramento destes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



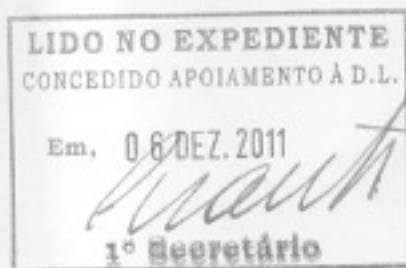
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 5 de dezembro de 2011
OF CEE/G 209/11



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 05/12/2011

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 104/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei, objetivando a transferência de atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como a transferência de atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 943/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 104/11, que transfere atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como transfere atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e adota outras providências.

A proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, com a inclusão de emendas.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se plenamente justificada.

Salienta-se ainda, na justificativa do autor que o objetivo é de ajustar a esfera de competências da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU e da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS.

Ainda, observe-se que a referida proposta, está em concordância com os arts. 65, 66 e 87, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

De igual modo, vale ressaltar que a proposta em questão não viola a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

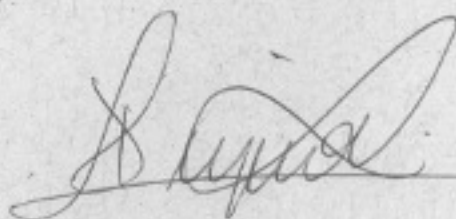
Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

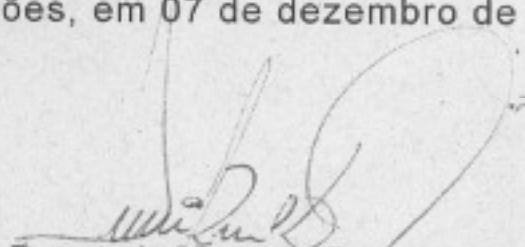
REQUERIMENTO



Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

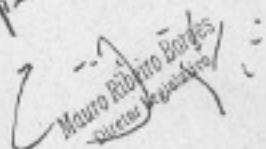
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projeto de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, todos oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2011.


Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anota de
Então - 14 copias
para o - 1 - e 1 - total
dos respectivos projetos


Mauro Ribeiro Borges
Secretário Executivo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 943/2011

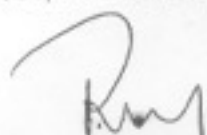
Em análise o Projeto de Lei n.º 943/2011, oriundo da mensagem 104/2011 do Poder Executivo, que "Transfere atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como transfere atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e adota outras providências".

A presente proposta tem por escopo a adequação das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Estaduais em questão, culminando no aprimoramento dos serviços.

Na competência de análise desta Comissão, observa-se que a proposta organiza a política de promoção e proteção da criança e do adolescente entre a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, conforme sua atividade concernente, otimizando assim a execução da política governamental.

Diante do exposto, não identificados óbices ao trâmite regimental da presente proposta, exaramos PARECER FAVORÁVEL para ser avaliada pelo douto Plenário. É o parecer.

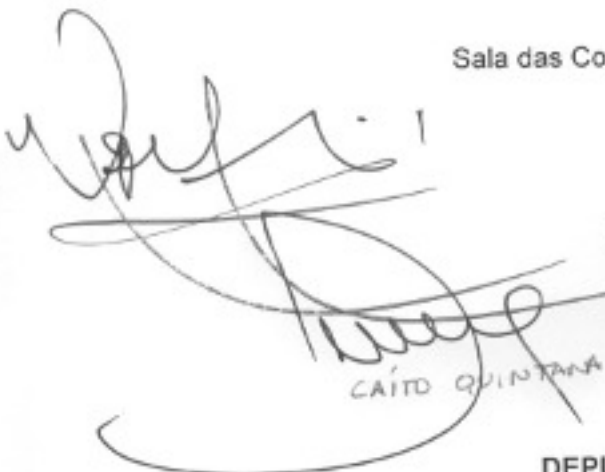
Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2011.



DEPUTADA ROSE LITRO

PRESIDENTE


DEPUTADA CANTORA MARA LIMA

RELATORA


CAIO QUINTANA


MARA THIECK


ELTON WALTER



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 943/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo tem por finalidade de transferir atribuições da secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretária de Estado do Trabalho, emprego e economia solidária, bem como transfere atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social e adota outras providências.


O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, Deputado Tadeu Veneri, avoca à condição de Relator deste projeto por estar em Regime de Urgência.

Entendendo que a matéria é relevante para organizar a política de promoção e proteção da criança e do adolescente entre a Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, conforme sua atividade concernente e tendo como escopo a ampliação das políticas voltadas aos direitos humanos, otimizando assim a execução da política governamental.

Diante do exposto, e não encontrando óbices ao trâmite regimental da presente proposta, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente/Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 943/11

Projeto de Lei nº. 943/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 104/11

Súmula: Transfere atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como transfere atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e adota outras providências.

EMENTA: TRANSFERE ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA, BEM COMO TRANSFERE ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DAS EMENDAS EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo transferir atribuições da Secretaria de Estado da Família e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como a transferência de atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que não importará em aumento de despesas aos cofres Públicos.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No entanto, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se as seguintes emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Neste sentido, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

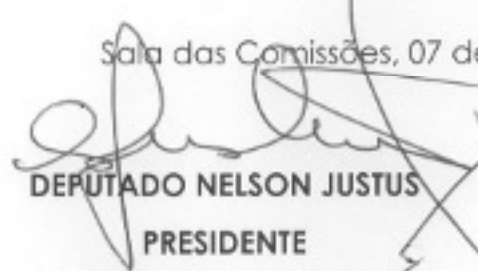
§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

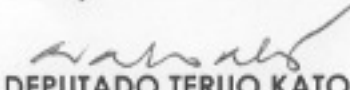
§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDAS** em anexo.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 943/2011

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam modificados os artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 943/11, passando a contar com a seguinte redação:

Art.1º. O artigo 1º da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º. A Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ, a que se refere o art. 1º da Lei nº 15.604, de 15 de agosto de 2007, fica transformada em Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, tendo por finalidade as atividades concernentes à organização, à promoção, ao desenvolvimento e à coordenação:

- I – da Política e Sistema Estadual de Assistência Social para o combate à pobreza e à exclusão social;**
- II – da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;**
- III – do Sistema de Atendimento Socioeducativo; e**
- IV – do exercício de outras atividades correlatas."**

Art. 2º. Inclui o inciso VIII ao art.2º, da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, bem como renumera o atual inciso VIII para inciso IX, que passa a vigorar com a seguinte redação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

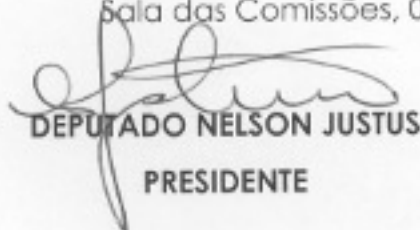
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

"VIII – as atividades concernentes à organização, à promoção, ao desenvolvimento e à coordenação da Política e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional; e

IX – o exercício de outras atividades correlatas"

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR





EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 943/2011.

Súmula: Fica incluído art. 12-A ao Projeto de Lei n.º 943/2011 com seguinte redação.

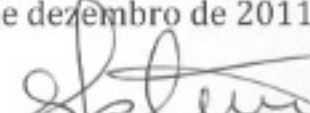
De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137,§3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica acrescido ao Projeto de Lei nº 943/2011 o artigo 12-A, passando a contar com a seguinte redação:


Art. 12-A. Fica acrescido artigo 9-A a Lei 16.840, de 28 de junho de 2011, que passará a conta com a seguinte redação:

"Art. 9-A. Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária 01 (um) cargo de provimento em comissão de simbologia DAS-2 - Chefe de Departamento; 02 (dois) cargos de provimento em comissão de simbologia DAS-3 - Chefe de Divisão; 02 (dois) cargos de provimento em comissão de simbologia 1-C - Assistente,

Parágrafo único. Os cargos a que se refere o caput deste artigo constam do Anexo II desta Lei."

Sala das sessões, 7 de dezembro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR

